



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

PAUTA DA 10ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura)

**07/05/2019
TERÇA-FEIRA
às 11 horas**

**Presidente: Senador Marcos Rogério
Vice-Presidente: Senador Wellington Fagundes**



Comissão de Serviços de Infraestrutura

**10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 56ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 07/05/2019.**

10ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Terça-feira, às 11 horas

SUMÁRIO

| ITEM | PROPOSIÇÃO | RELATOR (A) | PÁGINA |
|-------------|--|---------------------------------|---------------|
| 1 | PL 1452/2019 - Não Terminativo - | SENADOR CARLOS VIANA | 8 |
| 2 | OFS 35/2018 - Não Terminativo - | SENADOR ELMANO FÉRRER | 18 |
| 3 | PLS 310/2018 - Terminativo - | SENADOR ZEQUINHA MARINHO | 82 |
| 4 | REQ 20/2019 - CI - Não Terminativo - | | 92 |
| 5 | REQ 21/2019 - CI - Não Terminativo - | | 95 |

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes

(23 titulares e 23 suplentes)

| TITULARES | | SUPLENTE(S) |
|---|---|--|
| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil(MDB, PRB, PP) | | |
| Eduardo Braga(MDB)(9) | AM (61) 3303-6230 | 1 Marcelo Castro(MDB)(9) PI |
| Jarbas Vasconcelos(MDB)(9) | PE | 2 Jader Barbalho(MDB)(9) PA (61) 3303.9831, 3303.9832 |
| Eduardo Gomes(MDB)(9) | TO | 3 Luiz do Carmo(MDB)(9) GO |
| Fernando Bezerra Coelho(MDB)(9) | PE (61) 3303-2182 | 4 VAGO(8)(14) |
| Esperidião Amin(PP)(10) | SC | 5 VAGO |
| Vanderlan Cardoso(PP)(13) | GO | 6 VAGO |
| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL(PSDB, PODE, PSL) | | |
| Plínio Valério(PSDB)(6) | AM | 1 José Serra(PSDB)(6) SP (61) 3303-6651 e 6655 |
| Styvenson Valentim(PODE)(7) | RN | 2 Izalci Lucas(PSDB)(6) DF |
| Elmano Férrer(PODE)(7) | PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847 | 3 Oriovisto Guimarães(PODE)(7) PR |
| Flávio Bolsonaro(PSL)(12) VAGO | RJ | 4 Lasier Martins(PODE)(7) RS (61) 3303-2323 5 Juíza Selma(PSL)(11) MT |
| Bloco Parlamentar Senado Independente(REDE, PDT, CIDADANIA, PSB) | | |
| Jorge Kajuru(PSB)(3) | GO | 1 Weverton(PDT)(3) MA |
| Acir Gurgacz(PDT)(3) | RO (061) 3303-3131/3132 | 2 Veneziano Vital do Rêgo(PSB)(3) PB 3215-5833 |
| Fabiano Contarato(REDE)(3) | ES | 3 Kátia Abreu(PDT)(3) TO (61) 3303-2708 |
| Eliziane Gama(CIDADANIA)(3) | MA | 4 Alessandro Vieira(CIDADANIA)(3) SE |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PT, PROS) | | |
| Jean Paul Prates(PT)(5) | RN | 1 Paulo Rocha(PT)(5) PA (61) 3303-3800 |
| Jaques Wagner(PT)(5) | BA | 2 Telmário Mota(PROS)(5) RR (61) 3303-6315 |
| VAGO | | 3 VAGO |
| PSD | | |
| Lucas Barreto(2) | AP | 1 Angelo Coronel(2) BA |
| Carlos Viana(2) | MG | 2 Nelsinho Trad(2) MS |
| Irajá(2) | TO | 3 Sérgio Petecão(2) AC (61) 3303-6706 a 6713 |
| Bloco Parlamentar Vanguarda(DEM, PR, PSC) | | |
| Marcos Rogério(DEM)(4) | RO | 1 Jayme Campos(DEM)(4) MT |
| Wellington Fagundes(PR)(4) | MT (61) 3303-6213 a 6219 | 2 Zequinha Marinho(PSC)(4) PA |

- (1) Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- (2) Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- (3) Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- (4) Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- (5) Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- (6) Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- (7) Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
- (8) Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
- (9) Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
- (10) Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- (11) Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- (12) Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
- (13) Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
- (14) Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: TERÇAS-FEIRAS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO(A): THALES ROBERTO FURTADO MORAIS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4607
FAX: 61 3303-3286

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 61 3303-3292
E-MAIL: ci@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 7 de maio de 2019
(terça-feira)
às 11h

PAUTA
10ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

| | |
|--------------|---|
| | Deliberativa |
| Local | Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13 |

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1452, DE 2019

- Não Terminativo -

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação com emenda

Observações:

1. Após análise da CI, matéria vai à CMA, terminativamente.
2. Votação simbólica.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 2

OFÍCIO "S" Nº 35, DE 2018

- Não Terminativo -

Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A.

Autoria: Petrobras Biocombustível S.A.

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento

Observações:

1. Após análise da CI, matéria vai à CTFC.
2. Votação simbólica.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2018

- Terminativo -

Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados.

Autoria: Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela rejeição

Observações:

1. Em 09/04/2019, a matéria foi retirada de pauta em razão de ausência do relator.
2. Votação nominal.

Textos da pauta:

[Relatório Legislativo \(CI\)](#)
[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 20, DE 2019**

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que “Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências”.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Textos da pauta:

[Requerimento \(CI\)](#)

ITEM 5**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 21, DE 2019**

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 20, de 2019-CI, que trata da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que “dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências”.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Textos da pauta:

[Requerimento \(CI\)](#)

1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **CARLOS VIANA**

PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o Projeto de Lei nº 1.452, de 2019, da Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.



SF/19311.24403-37

Relator: Senador **CARLOS VIANA**

I – RELATÓRIO

Vem para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Projeto de Lei (PL) nº 1.452, de 2019, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.

O PL nº 1.452, de 2019, foi estruturado em dois artigos. O art. 1º insere dois novos objetivos na Política Nacional de Segurança de Barragens, voltados para a redução da geração de rejeitos de mineração e o seu reaproveitamento. Já o art. 2º estabelece a vigência da Lei a partir de sua publicação.

Na justificação, a autora defende a redução da geração de rejeitos de mineração, bem como seu reaproveitamento, e cita como exemplo do perigo representado pelas barragens de rejeitos de mineração as recentes tragédias ocorridas em Mariana e Brumadinho.

A proposição foi encaminhada às Comissões de Serviço de Infraestrutura e de Meio Ambiente, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Cabe à CI, nos termos do art. 104, I, entre outras atribuições, opinar sobre matérias pertinentes à mineração. O PL nº 1.452, de 2019, trata de um aspecto da máxima importância para o setor mineral: a disposição dos rejeitos de mineração. Estima-se que foram geradas cerca de cinco bilhões de toneladas de rejeitos de mineração somente no período entre 2000 e 2014¹. Porém, o mais preocupante é a tendência de aumento da quantidade desses rejeitos em razão tanto da expansão da produção mineral quanto da qualidade inferior dos minérios a serem explorados no futuro, à medida que as melhores minas se esgotem. Sabe-se que minérios de menor teor geram mais rejeitos que minérios de melhor qualidade.

Nesse contexto, é preciso desenvolver tecnologias para reduzir a geração de rejeitos de mineração, bem como buscar formas de reaproveitá-los. Principalmente depois das recentes tragédias em Mariana e Brumadinho, que comprovaram os riscos sociais e ambientais apresentados pelas barragens de rejeitos de mineração, a solução mais comumente utilizada para disposição final ou temporária desses materiais.

Com as modificações introduzidas pelo PL nº 1.452, de 2019, a Política Nacional de Segurança de Barragens se harmonizará plenamente com Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que dispõe entre seus objetivos a “não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

Com o intuito de estender o escopo do PL nº 1.452, de 2019, e, assim, aumentar a efetividade de seus resultados, propomos uma emenda em que são incluídos não só os rejeitos de mineração, mas também os resíduos

¹ Moraes, SL, et al., ‘Rejeitos de Mineração: Um Olhar do Cenário Brasileiro - Parte I: Cadeia Produtiva’, in 18º Simpósio de Mineração, Anais dos Seminários de Redução, Minério de Ferro e Aglomeração, vol. 47, num. 2 (2017). (ISSN 2594-357X)



industriais. Afinal, a PNSB abarca igualmente as barragens para acumulação desses resíduos. Inclusive, há registros de acidentes graves, como o corrido em Cataguases, na Zona da Mata Mineira, em 2003. Na ocasião, o rompimento da barragem da Indústria Cataguases de Papel Ltda. despejou 1,4 bilhão de litros de lixívia no Rio Pomba. A lixívia, também chamada de licor negro, é um resíduo altamente poluidor resultante da fabricação de celulose. O vazamento da lixívia fez com que seiscentas mil pessoas, em três estados, ficassem sem água.

Em suma, consideramos que o PL nº 1.452, de 2019, ao introduzir os princípios da redução da geração de rejeitos e do seu reaproveitamento, aperfeiçoa a PNSB.

III – VOTO

Ante o exposto, nos pronunciamos pela **aprovação** do PL nº 1.452, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA nº – CI

Dê-se ao art. 3º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, constante no art. 1º do PL nº 1.492, de 2019, a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

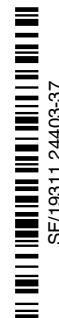
VII –

VIII – o reaproveitamento de resíduos industriais e de rejeitos de mineração acumulados em barragens; e

IX – a utilização de tecnologias que reduzam a geração de resíduos industriais e de rejeitos de mineração a serem dispostos em barragens.” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1452, DE 2019

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI Nº DE 2019

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, para prever o reaproveitamento e a redução de rejeitos.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Dê-se ao art. 3º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, a seguinte redação:

“**Art. 3º** São objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB):

-
VII -;
VIII - o reaproveitamento dos materiais retidos ou acumulados nas barragens; e
IX - a utilização de tecnologias que reduzam a quantidade de rejeito.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os desastres ocorridos em Mariana e Brumadinho revelaram a falta de segurança das barragens de rejeitos de mineração, sobretudo aquelas construídas no modelo de alteamento a montante. Foi, portanto, fundamental, a iniciativa da Agência Nacional de Mineração de obrigar o descomissionamento, até 2021, de todas as barragens do modelo alteamento a montante.

É preciso, contudo, ir além.

Embora os modelos de construção de barragem que adotem o alteamento a jusante ou a linha de centro sejam mais seguros, é importante estimular a adoção de tecnologias de exploração e de beneficiamento mineral que gerem menos rejeito. No empilhamento a seco, por exemplo, os rejeitos passam por técnicas para a retirada da água, ficam mais sólidos e são depositados em áreas protegidas por diques. O processo sai mais caro, mas economiza-se água e elimina-se a necessidade de barragens.

Deve também ser estimulado ao máximo o reaproveitamento dos rejeitos existentes, quer sob a forma de novo ciclo de beneficiamento, quer sob a forma de novos produtos. Há muitas práticas bem sucedidas no exterior e pesquisas no Brasil que apontam para uma variedade de possíveis usos dos rejeitos.

Para que essas iniciativas sejam valorizadas e estimuladas, propomos inclui-las dentre os objetivos da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB). Para tanto, alteramos o art. 3º da Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e consagramos como objetivos da PNSB o reaproveitamento dos materiais acumulados nas barragens e a utilização de tecnologias que reduzam a quantidade de rejeito. Esperamos que tal inclusão estimule as autoridades a propor regulamentos e estímulos que facilitem a



adoção de novas tecnologias. Não podemos ainda prescindir das barragens de rejeitos, mas podemos reduzir suas dimensões e, portanto, seus impactos.

Em resumo, cremos que a explicitação desses objetivos pode contribuir para a adoção de novas tecnologias que melhorarão o desempenho e a segurança de nossas barragens. Por essa razão pedimos o apoio de nossos ilustres pares.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.334, de 20 de Setembro de 2010 - LEI-12334-2010-09-20 - 12334/10

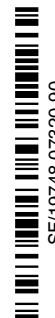
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12334>

- artigo 3º

2

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, sobre o OFS nº 35, de 2018 (OF. nº 6/2018), da Petrobras Biocombustível S.A., que *encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A.*



Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Vem para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Ofício “S” (OFS) nº 35, de 2018, que *encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A.*

O § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303 , de 2016, determina que:

Compete ao Conselho de Administração, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou às Câmaras Municipais e aos respectivos tribunais de contas, quando houver.

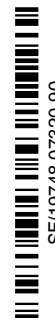
O ofício PBIO-PRES 0006/2018, enviado ao Presidente do Congresso Nacional em 20 de junho de 2018, veio acompanhado de nove anexos contendo relatórios sobre a Administração, o Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, e o Desempenho de Resultados e de Investimentos da Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO).

II – ANÁLISE

A Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO) é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção de etanol e biodiesel, bem como quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações.

A Petrobras, durante o ano de 2016, aprovou um plano de desinvestimento amplo em suas diversas áreas de atuação e, em dezembro de 2017, a aprovação do Plano de Negócios e Gestão – PNG 2018-2022 confirmou a estratégia de saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado. A Petrobras, portanto, não fixa data para a efetivação dos desinvestimentos em biocombustíveis. Não há, no momento, decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biodiesel de Candeias e de Montes Claros.

O Anexo I, contendo o Relatório da Administração, salienta que, em 2017, a PBIO apresentou resultado líquido positivo, graças ao sucesso na implementação de diversas melhorias operacionais e às receitas financeiras oriundas do Programa Repetro e dos desinvestimentos realizados. Na área operacional, foram obtidos avanços significativos no desempenho das usinas de biodiesel: as vendas aumentaram e os indicadores de segurança foram excelentes, pois o ano terminou sem registrar qualquer acidente, vazamento ou fatalidade.



O aprimoramento de diversos processos industriais permitiu a eliminação de gargalos logísticos e aumento da produtividade nas unidades. A maior flexibilidade na tecnologia de refino possibilitou a diversificação nas matérias primas utilizadas e, conseqüentemente, redução de custos e elevação das margens, garantindo a mesma qualidade do produto.

Em 2017, foram concluídos os processos de venda da participação na empresa Guarani e de troca de ações da empresa Nova Fronteira por ações da São Martinho. Posteriormente, em fevereiro de 2018, essas ações foram alienadas em leilão na Bolsa de Valores e a participação da PBIO no capital social da São Martinho foi encerrada. Iniciou-se também a divulgação da oportunidade de desinvestimento dos 50% de participação que a PBIO atualmente detém na empresa BSBios Sul Brasil, que tem duas unidades de produção de biodiesel. Todas essas ações atendem à diretriz de saída da produção de biocombustíveis estabelecida pelo PNG 2018-2022.

Do ponto de vista dos indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), a empresa não registrou acidentes de trabalho e sua taxa de acidentados registráveis (TAR) foi zero, graças inclusive à implantação de treinamentos de segurança. Foram também introduzidas melhorias estruturais na estação de tratamento de efluentes da Usina de Candeias e na área de armazenamento de resíduos sólidos oleosos da Usina de Montes Claros.

Por fim, o Relatório assinala que a empresa reduziu gastos com pessoal e melhorou a qualidade dos serviços prestados. Conclui afirmando que a PBIO apresentou lucro líquido de R\$ 158,8 milhões, com margem líquida de 23%, revertendo um cenário de prejuízos até então.

Verifica-se, portanto, que a Petrobras Biocombustível S.A. cumpriu as metas societárias, operacionais e financeiras estabelecidas para o Exercício Social de 2017.



III – VOTO

Em vista do exposto, votamos pelo conhecimento do Ofício “S” nº 35, de 2018, e pelo encaminhamento da matéria, com o presente Parecer, ao arquivo.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 35, DE 2018

Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Petrobras Biocombustível S.A.

AUTORIA: Petrobras Biocombustível S.A.

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)



[Página da matéria](#)

00100.083490/2018-81

04020312(2/50/E)

**- CONFIDENCIAL -**

Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018

PBIO-PRES 0006/2018

Ao Ilmo Sr. Presidente do Congresso Nacional
Senador Eunício Oliveira

12 8 JUN 2018

Senado Federal - Anexo 1 - 17º andar
Praça dos Três Poderes
70165-900 - Brasília - DFAssunto: Atendimento aos dispositivos constantes do art. 23 da Lei
13.303/2016 e do § 3º do art. 37 do Decreto 8.945/2016

Referência: Petrobras Biocombustível S.A.

Prezado Senhor,

Petrobras Biocombustível S. A., empresa subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com sede na capital do Rio de Janeiro, à Av. República do Chile, 500, 29º andar, inscrita no CNPJ/MF 10.144.628/0001-14, vem pela presente encaminhar ao Congresso Nacional, em cumprimento do disposto na Lei 13.303/16, art. 23, §2º, combinado com o previsto no Decreto 8.945/16, art. 37, § 3º, os documentos relacionados a seguir:

- Anexo 1 - Relatório da Administração - 2017
- Anexo 2 - Nota Técnica e Apresentação do Plano de Negócios e Gestão - 2018-2022
- Anexo 3 - Nota Técnica e Apresentação do Plano Anual de Negócios - 2018 e Proposta de Indicadores de Gerenciamento de Desempenho por Resultado (GDR)-2018
- Anexo 4 - Metas de Desempenho exercício de 2018
- Anexo 5 - Metas de Resultado Petrobras Biocombustível S.A. - período 2013 a 2017
- Anexo 6 - Relatório de Desempenho de Resultados e de Investimentos - exercício de 2017
- Anexo 7 - Relatório de Acompanhamento de Gastos - Plano Anual de Negócios - Plano Anual de Negócios - exercício de 2017
- Anexo 8 - Extrato Parcial de Ata CA 07032018 correspondente à aprovação do Plano Anual de Negócios - exercício de 2018
- Anexo 9 - Extrato Parcial de Ata CA 07032018 correspondente à aprovação do Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão - período 2018 -2022

R

Sendo o que cabe para este momento, colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos cumprimentos a V. S.^a e ao Congresso Nacional

Atenciosamente,



Ricardo Greenhalgh Barreto Neto
Presidente

Anexo(s): Anexo 1 - Relatório da Administração 2017
Anexo 2 - Nota Técnica PNG_2018_2022
Anexo 2.1 - Apresentação PNG 2018_2022
Anexo 3 - Nota Técnica PAN_2018
Anexo 3.1 - Apresentação PAN_2018
Anexo 4 - Metas de Desempenho
Anexo 5 - Metas de Resultado_2013_2017
Anexo 6 - Relatório de Desempenho_2017
Anexo 7 - Relatório de Acompanhamento de Gastos Dez_2017
Anexo 8 - Extrato Parcial de ATA CA 07032018 PAN_2018
Anexo 9 - Extrato Parcial de Ata CA 07032018 PE PNG_2018

c.c.: GIA-RGN; GIA-RGN/PILC; GIA-RGN/PILC/PPB; GOVERNANCA
ADE/BRA/Petrobras; PBIO-PRES/PD; PBIO-PRES/SEGE;
PBIO-AUDI/BRA/Petrobras; Antonio Ricardo Pessoa
Fonseca/BRA/Petrobras
eunicio.oliveira@senador.leg.br

ANEXO À CARTA PBIO-PRES 006/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Anexo 1

Relatório da Administração – 2017

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Petrobras Biocombustível apresentou, em 2017, resultado líquido positivo. Ao longo do ano, obtivemos sucesso na implementação de diversas melhorias operacionais. Adicionalmente, as receitas financeiras, com origem no programa Repetro, e a aplicação dos recursos oriundos de desinvestimentos contribuíram, significativamente, para os bons resultados desse ano.

Graças ao trabalho integrado e afinado da área operacional, da área de comercialização e do corpo técnico administrativo, registramos avanços significativos na performance de nossas usinas de biodiesel. As vendas de biodiesel das unidades de Montes Claros e de Candeias aumentaram 10% e tivemos excelentes indicadores de segurança, terminando o ano sem registrar nenhum acidente, vazamento ou fatalidade.

Com o aprimoramento de diversos processos industriais, eliminamos gargalos logísticos e melhoramos o fator de utilização e a produtividade de nossas unidades. Além disso, tornamos o refino de nossas plantas mais flexível, criando condições para que pudéssemos diversificar as matérias-primas utilizadas. Com isso, reduzimos custos e aumentamos nossas margens, mantendo a qualidade dos nossos produtos.

Paralelamente ao trabalho intensivo que realizamos nas usinas de biodiesel, foram concluídos, em 2017, os processos de venda de nossa participação na Guarani para Tereos e de troca de nossas ações da Nova Fronteira por ações da São Martinho. Também iniciou-se, em dezembro, a etapa de divulgação de oportunidade (*teaser*) relativa ao processo de desinvestimento de 100% na nossa parceria no biodiesel com a BS Bios. Essas ações atendem à

diretriz de saída da produção de biocombustíveis estabelecida pelo Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2022 de nossa controladora, a Petrobras, que ratificou tal diretriz no PNG 2018-2022.

Em 2018, as perspectivas para o segmento de biodiesel são animadoras, com a entrada em vigor do B10, fato que levará ao aumento da demanda por esse biocombustível e à consequente necessidade de aumento da produção. Paralelamente a essas mudanças, também não podemos ficar indiferentes ao RenovaBio, programa do Governo Federal que irá fomentar a produção de biocombustíveis em um ambiente normativo que evolui na direção de uma economia de baixo carbono, a fim de atender aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em relação às mudanças climáticas. A geração de créditos de carbono (CBios) ajudará a equilibrar a equação econômica do segmento de biodiesel, tornando-o mais rentável.

Seguiremos focados para venceremos mais um ano de grandes desafios, perseguindo os princípios que têm nos guiado até aqui e continuamos sendo o norte da nossa atividade: melhoria de produtividade e geração de caixa, com otimização de processos e redução de custos, sempre mantendo nosso padrão de excelência em segurança, meio ambiente e saúde.

Ricardo Greenhalgh Barreto Neto
Presidente da Petrobras Biocombustível

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017
1. A PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL EM 2017 *

Em 2017, a Petrobras Biocombustível concentrou seus esforços no segmento de biodiesel, consolidando melhorias operacionais, que levaram à redução de custos e à geração de caixa, e buscando agregar valor para o negócio, que se mantém em um horizonte de desinvestimento.

O Plano de Negócios e Gestão (PNG) da nossa controladora, a Petrobras, determinou a saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento e preparando a companhia para um futuro baseado em uma economia de baixo carbono. Em consonância com essa estratégia, o ano de 2017 foi marcado pela conclusão dos processos de hibernação da Usina de Biodiesel de Quixadá, venda da totalidade da participação acionária na Guarani para a Tereos Participação e troca de ações da Nova Fronteira por ações da São Martinho.

1.1. Etanol

Até o final de 2016, a Petrobras Biocombustível atuou no segmento de etanol por meio de três empresas investidas – Guarani (SP), Nova Fronteira Bioenergia (GO) e Bambuí Bioenergia (MG). Em meados daquele ano, a companhia iniciou o processo de negociação para saída das parcerias. Em fevereiro de 2017, foram concluídas as operações de venda da totalidade de sua participação de 45,97% na Guarani para a Tereos Participação e a troca de ações da Nova Fronteira, coligada na qual a companhia detinha 49% do capital votante, por 24 milhões de novas ações ordinárias (SM103) emitidas pela São Martinho, o que correspondia a uma participação de 6,59% nessa última. Em fevereiro de 2018, por meio de leilão na Bolsa de Valores, essas ações foram alienadas e a participação da Petrobras Biocombustível no capital social da São Martinho foi encerrada.

Com relação à Bambuí Bioenergia, a companhia não exerceu, em 2017, o direito de subscrição de ações. Com isso, não aportou novos recursos, fato que levou a uma nova redução de sua participação societária na empresa mineira, a qual passou de 28,67% para 8,4%. Como o investimento na coligada já havia sido provisionado para perda em sua totalidade desde 2015, essa redução não gerou impacto no resultado da Petrobras Biocombustível.

1.2. Biodiesel e Suprimento Agrícola

A Petrobras Biocombustível terminou 2017 operando duas unidades de biodiesel – Candeias (BA) e Montes Claros (MG). Juntas, entregaram 261,3 mil m³ de biodiesel, volume 12% maior do que o que foi entregue por elas em 2016. A Usina de Quixadá, localizada no Ceará, teve seu processo de hibernação concluído em abril de 2017, dado que não havia perspectiva de melhoria dos resultados no curto prazo.

Com o objetivo de agregar valor aos processos produtivos das duas usinas, o ano foi marcado pela consolidação de melhorias operacionais, que diminuíram gargalos e tornaram as unidades mais flexíveis no processamento de matérias-primas, o que culminou com o aumento do volume de produção e venda do biodiesel, bem como a elevação do faturamento e das plantas de biodiesel em operação. Mesmo com preços menores em 2017, a companhia obteve melhores margens em comparação ao ano anterior.

Com integração crescente entre as áreas de operação e de comercialização, foram realizadas algumas ações fundamentais para a redução de custos. Entre elas estão: a diversificação e o desenvolvimento de novos fornecedores para reduzir os gastos com aquisição de matéria-prima; a utilização crescente de matérias-primas alternativas, como o sebo bovino, por exemplo; a adoção de estratégias diferenciadas nos leilões de biodiesel da ANP; a mudança na estratégia de aquisição de catalisador; e o reposicionamento em relação à venda de glicerina, aumentando a participação dos produtos especiais na margem de contribuição.

Além dessas ações de natureza comercial, o arranjo funcional da equipe de operação foi otimizado e as áreas de carregamento/descarregamento das usinas receberam melhorias, atenuando gargalos logísticos e diminuindo custos. Com plantas mais flexíveis, a Petrobras Biocombustível operou com um mix variado de matérias-primas em 2017. Por outro lado, com maior eficiência operacional, foi possível reduzir o consumo de insumos, principalmente catalizador.

A companhia também consolidou a estratégia de atuação junto às cooperativas de agricultores familiares, com foco na região Nordeste e no semárido, para a manutenção do Selo Combustível Social, promovendo a diversificação do mix de matérias-primas contratadas e mantendo a otimização dos custos de sua obtenção. Para isso, manteve parceria com 11 cooperativas (dez no Nordeste), por meio das quais são adquiridas cinco matérias-primas diferentes: três de origem vegetal (mamona, coco seco, óleo de dendê) e duas de origem animal (óleo de frango e óleo de peixe).

Além das usinas próprias, a Petrobras Biocombustível detém participação de 50% na empresa BS Bios Sui Brasil, que possui duas unidades, uma localizada em Marília (PP) e outra em Passo Fundo (RS). As duas unidades entregaram, juntas, 409,7 mil m³ de biodiesel em 2017. Em dezembro, a Petrobras informou o início da etapa de divulgação da oportunidade (*teaser*) referente ao processo de alienação de 100% de sua participação nas ações detidas pela Petrobras Biocombustível na BS Bios. Em 5 de fevereiro de 2018, foi divulgado para o mercado o início da etapa não vinculante do negócio, período em que os interessados irão receber um memorando descritivo contendo informações detalhadas sobre os ativos.

A Petrobras Biocombustível, em parceria paritária com a Galp, também possui investimentos na coligada Belem Bioenergia Brasil (BBB), que abrange o cultivo de palma em uma área total de 42 mil hectares no Estado do Pará. Em função de prioridades estratégicas, os investimentos industriais, que dependem de aportes dos acionistas, foram descontinuados. Entretanto, em 2017, foi estabelecida uma parceria com a empresa local Dendê do Tauá para exploração de 22 mil hectares dos palmares plantados no Polo Talândia, viabilizando o ingresso de recursos para implantação de uma unidade extratora de óleo. Os estudos de parcerias para a área remanescente seguem em andamento.

* Este relatório reflete a realidade da Petrobras Biocombustível e as informações nele contidas são de inteira responsabilidade de seus administradores, não tendo sido objeto de auditoria.

1.3. Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

A Petrobras Biocombustível não registrou acidentes de trabalho em 2017 e sua taxa de acidentados registráveis (TAR) foi zero. A empresa também apresentou um baixo índice de absenteísmo, registrando 1,12 de percentual de tempo perdido (PTP), mantendo-se abaixo do limite de alerta de 1,85, estabelecido para o ano. As usinas de biodiesel também não registraram nenhum vazamento de produto ao longo do ano que passou.

Os bons resultados em SMS foram potencializados por diversas ações adotadas ao longo do ano, entre as quais se destacam: treinamento sobre as regras de ouro de segurança no trabalho para todos os empregados e prestadores de serviço, com reforço dos conteúdos para as frentes de serviço das usinas; implantação do plano para redução de acidentes e melhorias estruturais na estação de tratamento de efluentes da Usina de Candeias e na área de armazenamento de resíduos sólidos oleosos da Usina de Montes Claros.

1.4. Corporativo e Recursos Humanos

A Petrobras Biocombustível reduziu os gastos com pessoal e melhorou a qualidade dos serviços providos pela gestão de Recursos Humanos, adequando procedimentos internos às regras do Programa E-Social e priorizando treinamentos com instrutores internos e do Sistema Petrobras. Em média, foram oferecidas 36 horas de treinamento por empregado. Em 2017, também foi criado um programa de *coaching* interno e realizadas ações para melhoria da ambiência, integrando equipes e treinando lideranças da sede e das usinas.

2. RESULTADO CONSOLIDADO

A Petrobras Biocombustível apresentou lucro líquido de R\$ 158,8 milhões, com margem líquida de 23%, revertendo um cenário de prejuízos obtidos até então. O desempenho é explicado pela melhora operacional, pelos ganhos financeiros decorrentes da aplicação dos recursos oriundos da alienação de ativos, pela remuneração das garantias prestadas no âmbito do Repetro e pela reversão da integralidade do *impairment* na BS Bios, realizado em 2016. O resultado operacional foi de -R\$ 33,2 milhões. Esse resultado, ainda que negativo, representa um avanço de 80% em relação ao ano anterior.

Os ganhos operacionais se devem à melhoria da margem bruta do biodiesel e à redução dos custos com a obtenção do Selo Combustível Social e dos gastos fixos. Se forem consideradas apenas as duas unidades que se mantêm em operação, o volume produzido foi 10% maior do que no ano anterior, em um cenário marcado pela queda de 8% no preço do biodiesel em relação a 2016. Há que se destacar, ainda, o fato de a companhia não possuir dívida com instituições financeiras.

Os resultados dos investimentos da Petrobras Biocombustível apresentaram ganhos com equivalência patrimonial na BS Bios (+R\$ 18,9 milhões de equivalência patrimonial e +R\$ 46,4 milhões de reversão de *impairment*) e perdas na BBB (-R\$ 110,2 milhões), explicadas pelo aporte do mesmo montante para suprir as necessidades operacionais da investida. No período de janeiro a fevereiro de 2017, foi registrada perda de equivalência patrimonial com a alienação das ações da Guarani no valor de R\$ 26,7 milhões e de R\$ 13,2 milhões na Nova Fronteira, decorrente da variação do valor das ações da São Martinho. As coligadas Bambuí e BioÓleo não impactam o resultado da companhia, pois possuem patrimônio líquido negativo e, portanto, não contabilizam equivalência patrimonial.

3. INFORMAÇÕES CORPORATIVAS
3.1. Membros do Conselho de Administração:

Jorge Celestino Ramos (Presidente do Conselho)
Carlos Felipe Guimarães Lodi
Luiz Fernando Marinho Nunes
Marcelo Fernandes Bragança
Ricardo Greenhalgh Barreto Neto

3.2. Membros da Diretoria Executiva

Ricardo Greenhalgh Barreto Neto – Presidente, Diretor de Biodiesel e Diretor de Suprimento Agrícola
Lair Jesus Pereira de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor de Etanol

3.3. Membros do Conselho Fiscal:

Titulares:
José de Melo (Presidente)
Solange Arantes Dornela
Ernesto Carneiro Freixo
Suplentes:
Fabiano Maia Pereira
Heraldo da Costa Belo

4. AGRADECIMENTOS

A Petrobras Biocombustível agradece todos os colaboradores e parceiros pela importante contribuição em mais um ano dedicado ao trabalho competente e à superação de desafios.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

| Ativo Circulante | Nota | 2017 | | 2016 | | Passivo e Patrimônio líquido Circulante | Nota | 2017 | | 2016 | |
|---|------|-----------|-----------|------|--|--|------|-------------|-------------|------|--|
| | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 288 | 565 | | | Fornecedores | 14 | 58.321 | 105.856 | | |
| Contas a receber, líquidas | 8 | 791.786 | 149.707 | | | Impostos e contribuições | 16 | 796 | 2.216 | | |
| Estoques | 9 | 44.486 | 49.892 | | | Salários, férias, encargos e participações | | 7.052 | 6.066 | | |
| Ativo Financeiro Disponível para venda | 7 | 463.200 | - | | | Cessão de recebíveis - FIDC | 17 | - | 44.651 | | |
| Ativos classificados como mantidos para venda | 10 | - | 1.126.338 | | | Outras contas e despesas a pagar | | 2.296 | 974 | | |
| Impostos e contribuições | 16 | 52.523 | 26.772 | | | | | 68.465 | 159.763 | | |
| Adiantamento a fornecedores | | - | 3.638 | | | | | | | | |
| Outros ativos circulantes | | 539 | 102 | | | | | | | | |
| | | 1.352.822 | 1.357.014 | | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | - | 3 | | | Planos de pensão e saúde | 18 | 7.626 | 6.007 | | |
| Adiantamento a fornecedores | | - | 3 | | | Provisão para processos judiciais | 23 | 2.775 | 2.518 | | |
| Impostos e contribuições | 16 | 7.248 | 7.709 | | | Outras contas e despesas a pagar | | 190 | 865 | | |
| Depósitos vinculados | | 3.711 | 3.730 | | | | | 10.591 | 9.490 | | |
| | | 10.959 | 11.442 | | | Patrimônio líquido | 19 | | | | |
| Investimentos | 11 | 107.817 | 42.753 | | | Capital Social | | 4.378.444 | 4.340.218 | | |
| Imobilizado | 12 | 97.675 | 104.866 | | | Contribuição adicional de capital | | (17.760) | (17.760) | | |
| Intangível | | 81 | 116 | | | Ajustes de avaliação patrimonial | | 12.102 | 65.802 | | |
| | | | | | | Prejuízos acumulados | | (2.882.488) | (3.041.322) | | |

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------|-----------|------------|
| Receita Líquida de vendas de produtos | 20 | 682.081 | 838.636 |
| Custo dos produtos vendidos | 21 | (708.340) | (919.896) |
| Prejuízo bruto | | (26.259) | (81.260) |
| Receitas (despesas) | | | |
| Despesas de vendas | 21 | (5.288) | (5.608) |
| Despesas gerais administrativas | 21 | (71.960) | (83.266) |
| Despesas tributárias | | (19.546) | (8.251) |
| Outras receitas, líquidas | 22 | 90.884 | 9.254 |
| | | (6.910) | (87.871) |
| Prejuízo antes do resultado financeiro líquido e participações em investimentos | | (33.169) | (169.131) |
| Resultado financeiro líquido | | 277.054 | 145.294 |
| Despesas financeiras | 24 | (1.483) | (9.847) |
| Receitas financeiras | 24 | 286.411 | 154.931 |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas | 24 | (7.874) | 210 |
| Resultado de participações em investimentos | 11 | (85.051) | (862.027) |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | | 158.834 | (885.864) |
| Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações do capital social - básico e diluído (em R\$) | | 363,45 | (2.132,15) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

| | Nota | 2017 | 2016 |
|--|------|-----------|-----------|
| Lucro (prejuízo) do exercício | | 158.834 | (885.864) |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado | | | |
| Ganhos / (Perdas) atuariais (Plano de Pensão e Saúde) | | | |
| Reconhecido no patrimônio líquido | 18 | 669 | (2.780) |
| Itens que serão reclassificados no resultado | | | |
| Participação no resultado abrangente das investidas | | | |
| Ajustes acumulados de conversão realizado | 10.1 | (132.102) | 140.784 |
| Resultado não realizado (Ativo financeiro disponível para venda) | | 8.400 | - |
| Resultados realizados no hedge de fluxo de caixa | 10.1 | 69.332 | 288.740 |
| | | (53.700) | 426.744 |
| Resultado abrangente total | | 105.134 | (459.120) |
| Atribuível ao: | | | |
| Acionista da PBIQ | | 105.134 | (459.120) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicada em contrário)

| | Capital subscrito e integralizado | Contribuição adicional de capital | Ajuste de avaliação patrimonial Ajuste acumulado de conversão | Outros resultados abrangentes | Prejuízos acumulados | Total |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|--|-------------------------------|----------------------|-----------|
| Saldos em 1º de Janeiro de 2016 | 3.568.612 | (17.760) | (8.682) | (352.260) | (2.155.458) | 1.034.452 |
| Integralização de capital | 771.606 | - | - | - | - | 771.606 |
| Prejuízo do exercício | - | - | - | - | (885.864) | (885.864) |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | | |
| Plano de Pensão | - | - | - | (2.780) | - | (2.780) |
| Ajuste acumulado de conversão (da investida) | - | - | 140.784 | - | - | 140.784 |
| Resultado não realizado no hedge de fluxo de caixa (da investida) | - | - | - | 288.740 | - | 288.740 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 4.340.218 | (17.760) | 132.102 | (66.300) | (5.041.322) | 1.346.938 |
| Integralização de capital | 38.226 | - | - | - | - | 38.226 |
| Lucro do exercício | - | - | - | - | 158.834 | 158.834 |
| Outros resultados abrangentes: | | | | | | |
| Plano de Pensão e AIMS | - | - | - | 669 | - | 669 |
| Resultado não realizado (Ativo financeiro disponível para venda) | - | - | - | 8.400 | - | 8.400 |
| Ajuste acumulado de conversão realizado (da investida) | - | - | (132.102) | - | - | (132.102) |
| Resultado realizado no hedge de fluxo de caixa (da investida) | - | - | - | 69.332 | - | 69.332 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 4.378.444 | (17.760) | - | 12.102 | (2.882.488) | 1.490.298 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

| | 2017 | 2016 |
|---|-----------|-----------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Lucro (Prejuízo) do exercício | 158.834 | (885.864) |
| Ajustes para: | | |
| Provisão atuarial com plano de pensão e saúde | 2.288 | 1.183 |
| Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros | (57.357) | (2.719) |
| Resultado de participações em investimentos | 85.051 | 862.027 |
| Depreciação e amortização | 2.543 | 5.463 |
| Realização do ajuste acumulado de conversão - Venda Guarani | (132.102) | - |
| Realização do hedge de fluxo de caixa - Venda Guarani | 69.332 | - |
| Provisão (reversão) para perdas em créditos de liquidação duvidosa | 2.501 | (30) |
| Provisão (reversão) para perdas com projetos próprios cancelados | - | (62) |
| Provisão (reversão) para perdas na recuperação de ativos próprios | 7.679 | (4.773) |
| Valor residual baixados na Venda Guarani | (9.009) | - |
| Encargos financeiros sobre empréstimos | 8.882 | 5.473 |
| Ajuste a valor de mercado de estoques | (932) | (53) |
| Redução (aumento) de ativos | | |
| Contas a receber | 13.169 | 8.360 |
| Impostos, taxas e contribuições a recuperar | (24.099) | (4.318) |
| Estoques | 6.338 | (6.637) |
| Outros ativos circulantes e não circulantes | (251) | (886) |
| Aumento (redução) de passivos | | |
| Fornecedores | (13.091) | (61.193) |
| Contas a pagar e provisões | 1.041 | 1.718 |
| Impostos, taxas e contribuições a recolher | (3.078) | (53) |
| Outros passivos | (27.871) | (1.667) |
| Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais | 89.868 | (83.431) |
| Atividades de investimentos | | |
| Aportes em investimentos | (110.232) | (348.956) |
| Aquisições em ativos imobilizados | (3.023) | (7.771) |
| Resgate em recebíveis de ativos financeiros | 352.907 | 254.502 |
| Investimentos em recebíveis de ativos financeiros | (953.756) | (217.518) |
| Recebimento pela venda de ativos (Desinvestimentos) | 631.654 | - |
| Intangível | - | (27) |
| Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento | (82.450) | (319.770) |
| Fluxo de caixa de atividades de financiamento | | |
| Aportes da Petrobras (Controladora) | 38.226 | 404.133 |
| Financiamento - Cessão de recebíveis - FIDC | - | - |
| Captações | 14.779 | 203.776 |
| Amortização de Principal | (60.700) | (206.389) |
| Recursos líquidos gerados nas atividades de financiamento | (7.695) | 401.520 |
| Variável líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício | (277) | (1.681) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 565 | 2.246 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

| | 2017 | 2016 |
|--|--------------------|------------------|
| Receitas | | |
| Vendas de produtos e serviços | 787.795 | 969.737 |
| Descontos e abatimentos | (301) | (195) |
| Reversão (Perdas) em créditos de liquidação duvidosa | (2.501) | 30 |
| Receitas relativas à construção de ativos para uso | 895 | 5.130 |
| Outras receitas operacionais, líquidas | 91.796 | 4.255 |
| 877.684 | 978.597 | |
| Insunhos adquiridos de terceiros | | |
| Matérias-primas consumidas | (625.574) | (805.719) |
| Custo das mercadorias revendidas | (15.317) | (16.377) |
| Créditos fiscais sobre insunhos de terceiros | (98.120) | (97.513) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (42.111) | (88.556) |
| Resultado com projetos próprios cancelados | - | 62 |
| Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido | 932 | 53 |
| Reversão (Perda) na recuperação de ativos próprios | (7.679) | 4.173 |
| (787.865) | (1.064.077) | |
| Valor distribuído (consumido) bruto | 89.819 | (25.120) |
| Retenções | | |
| Depreciação e amortização | (2.543) | (5.463) |
| (2.543) | (5.463) | |
| Valor distribuído (consumido) pela Sociedade | 87.276 | (30.583) |
| Valor recebido (consumido) em transferência | | |
| Resultado de participações em investimentos | (85.051) | (862.027) |
| Receitas financeiras | 286.411 | 154.931 |
| 201.360 | (707.096) | |
| Valor recebido (consumido) a distribuir | 288.636 | (737.679) |
| Distribuição do valor recebido (consumido) | | |
| Pessoal | | |
| Remuneração direta | 57.863 | 73.225 |
| Salários | 56.953 | 73.225 |
| Participação nos resultados | 910 | - |
| Benefícios | 11.685 | 11.294 |
| Vantagens | 2.732 | 3.774 |
| Plano de aposentadoria e pensão | 3.264 | 2.476 |
| Plano de saúde | 3.195 | 2.915 |
| FGTS | 2.504 | 2.129 |
| 69.548 | 84.519 | |
| Tributos | | |
| Federais | 11.342 | 8.309 |
| Estaduais | 14.893 | 21.502 |
| Municipais | 306 | 297 |
| 26.541 | 30.108 | |
| Instituições financeiras e fornecedores | | |
| Despesas com juros, variações cambiais e monetárias | 9.357 | 9.637 |
| Despesas com alugueis | 24.356 | 23.921 |
| 33.713 | 33.558 | |
| Acionistas | | |
| Lucro (prejuízo) do exercício | 158.834 | (885.864) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Biocombustível S.A. ("PBIO" ou "Companhia") é uma controlada integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, constituída em 16 de junho de 2008, tendo por finalidade a produção de etanol e biodiesel, bem como quaisquer outros produtos e atividades correlatos ou afins e a geração de energia elétrica associada às suas operações.

Na execução de suas atividades, a Companhia poderá constituir subsidiárias, no país ou no exterior, participar em sociedades controladas ou coligadas, bem como associar-se, majoritariamente e/ou minoritariamente a outras sociedades. A Companhia poderá adquirir ações ou cotas de outras sociedades, participar de sociedades de propósito específico, bem como associar-se a empresas brasileiras e estrangeiras e com elas formar consórcios, na condição ou não de empresa líder, objetivando expandir atividades, reunir tecnologias e ampliar investimentos aplicados às atividades vinculadas ao seu objeto.

A Companhia opera, na condição de arrendatária, duas Usinas de Biodiesel, de propriedade da Petrobras, sendo uma localizada em Candeias, BA e outra em Montes Claros, MG. A Usina de Biodiesel de Quaiçaba, CE, teve suas atividades encerradas, conforme orientação do Conselho de Administração da PBIO.

A Petrobras durante o ano de 2016 aprovou um plano de desinvestimento amplo em suas diversas áreas de atuação e em dezembro de 2017 a aprovação do Plano de Negócio e Gestão – PNG 2018-2022 confirmou a estratégia de saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia. O impacto desse plano na Companhia está descrito nas notas 1.1 e 1.2.

A Petrobras não fixa uma data para que os desinvestimentos de biocombustível se efetivem. No momento, não há decisão quanto à interrupção da produção das Usinas de Biodiesel de Candeias e Montes Claros e existe orçamento aprovado para continuidade das operações para os próximos cinco anos e as mesmas continuam na carteira de investimentos da PBIO. A administração afirma o entendimento da continuidade operacional da Petrobras Biocombustível S.A.

A PBIO, continua com os esforços de aumento da rentabilidade das operações, melhoria de produtividade e geração de caixa, com otimização de processos e redução de custos, sempre mantendo nosso padrão de excelência em segurança, meio ambiente e saúde.

Durante o exercício de 2017 os aportes realizados pela Controladora, para fins de investimentos, até a presente data, totalizam R\$58.226.

A Companhia foi constituída com o objetivo de atender as necessidades das operações e o plano de negócios do seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras. Estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

1.1. Usinas e Investidas

Em 29 de julho de 2009, foi inaugurada, em Candeias (BA), a primeira usina de produção comercial de biodiesel da Petrobras e a usina de Montes Claros (MG) em 06 de abril de 2009.

A Companhia também possui parceria com a R.P. Biocombustíveis Ltda., antiga BSPAR – BSBIos Participações S/A, na empresa BSBIos Indústria e Comércio de Biodiesel Sul Brasil S.A., que possui duas usinas, uma localizada em Passo Fundo (RS) e outra em Marialva (PR). A capacidade total de produção de biodiesel das duas unidades é de 945 milhões de litros por ano. Todas as usinas têm o Selo Combustível Social, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

Em 2017, a Companhia investiu R\$ 1.382, em melhorias operacionais das usinas de produção e manutenção para atendimento dos requisitos de Segurança, meio ambiente e saúde.

No dia 14 de dezembro de 2017, a Petrobras informou que iniciou a etapa de divulgação da oportunidade (Teaser) referente ao processo de alienação de 100% da sua participação das ações detidas pela PBIO, na empresa BSBIos.

A Companhia possui parceria com a Galp Bioenergia B.V. na empresa Belem Bioenergia Brasil (BBB), através do Programa Belém, que abrange o cultivo de palma, a extração e exportação de óleo e a produção de 270 mil toneladas anuais de biodiesel em Portugal. A área total plantada com palma no Pará é de 42 mil hectares. Em função de priorização de investimentos, a instalação das extratoras de óleo de palma no Brasil e a construção da planta industrial foram postergadas. Em 24 de janeiro de 2017, foi celebrada uma parceria entre a BBB e a Dendê do Tauá S.A. (Dentaui), empresa sediada no Estado do Pará que tem por objeto social a produção e comercialização de óleo de palma e derivados.

Em 2017, a Companhia realizou aportes no valor total de R\$ 110.232 na Belem Bioenergia Brasil para suprir suas necessidades operacionais.

Em outro empreendimento, com participação societária na Biódiolo Industrial e Comercial S.A. (Biódiolo), a Companhia atua no processamento de grãos de mamona, algodão e girassol e no refino de óleo vegetal bruto. A fábrica, em Feira de Santana (BA), tem capacidade instalada para o processamento de 130 mil T/ano de grãos de mamona e semirrefino de 60 mil ton/ano de óleo degomado de soja e óleo bruto de algodão. Atualmente a empresa encontra-se em processo de recuperação judicial.

1.2. Reestruturação Societária

A Companhia permaneceu em 2017 com sua participação societária na Bambuí Bioenergia S.A. (Bambuí). Na Bambuí, a moagem da cana-de-açúcar totalizou 1.16 milhão de toneladas e uma produção de 97,8 mil m³ de etanol hidratado. Em 2017, a Companhia reduziu sua participação para 8,4% (26,67% anteriormente), não exercendo, em fevereiro, seu direito de subscrição de ações. A participação de 45,97% na empresa Guarani foi alienada em fevereiro/2017 com o pagamento de US\$ 202.750 pela Tereos Participação S.A.

Em 23 de fevereiro de 2017 foi finalizada a incorporação da Nova Fronteira pela São Martinho com o recebimento pela PBIO de 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho com essa transação, a Companhia passou a deter 6,593% das ações da São Martinho, em substituição à sua participação de 49% na Nova Fronteira. Em fevereiro de 2018, conforme detalhado na nota 2.7.2, todas as ações da São Martinho foram liquidadas.

A alienação da participação da Guarani e a troca de ações da Nova Fronteira pela São Martinho estão alinhadas ao Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021 da Petrobras, que prevê sua saída da atividade de produção de biocombustíveis, preservando competências tecnológicas em áreas com potencial de desenvolvimento.

2. Entidades do Grupo

Em 31 de dezembro, a Companhia possuía participação nas seguintes entidades:

| | % Participação no capital | | | |
|---|---------------------------|---------|---------------------------|---------|
| | 2017 | | 2016 | |
| | Subscrito e integralizado | Votante | Subscrito e integralizado | Votante |
| Empreendimentos controlados em conjunto | | | | |
| BSBIos Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A. | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% |
| Biódiolo Industrial e Comercial S.A. | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% |
| Nova Fronteira Bioenergia S.A. | - | - | 49,00% | 49,00% |
| Belem Bioenergia Brasil S.A. | 50,00% | 50,00% | 50,00% | 50,00% |
| Demais Investimentos | | | | |
| Bambuí Bioenergia S.A | 8,40% | 8,40% | 26,67% | 26,67% |
| Guarani S.A. | - | - | 45,97% | 45,97% |

3. Base de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor de mercado ao valor recuperável ou ao valor justo, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgadas na nota explicativa 5.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 06/04/2018, aprovou e autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

3.1. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado – DVA apresenta informações relativas à criação de valor pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, sendo apresentada como informação adicional.

3.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia e de seus Empreendimentos Controlados em Conjunto e Coligadas no Brasil

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1. Instrumentos financeiros

4.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

4.1.2. Título e valores mobiliários

Investimentos em títulos e valores mobiliários compreendem investimentos em títulos de dívida e patrimônio. Inicialmente mensurados ao valor justo, esses instrumentos são classificados e subsequentemente mensurados conforme abaixo:

a) Valor justo por meio do resultado: incluem títulos adquiridos ou incorridos principalmente para a finalidade de venda ou de recompra em prazo muito curto. Mensurados ao valor justo, cujas alterações são reconhecidas no resultado como receitas (despesas) financeiras;

b) Mantidos até o vencimento: incluem títulos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva; e

c) Disponíveis para venda: incluem títulos não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Mensurados ao valor justo cujas alterações são reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, e reclassificadas para resultado do exercício quando o instrumento é desreconhecido ou realizado.

Alterações posteriores atribuíveis a juros, variação cambial e inflação são reconhecidas no resultado do exercício para todas as categorias, quando aplicáveis.

4.1.3. Contas a receber

São contabilizadas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas com crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas e outras despesas operacionais.

4.1.4. Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia registra os instrumentos no reconhecimento inicial, com base nas estratégias da Administração, da seguinte forma:

- A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

- A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- A Companhia tem como passivos financeiros não derivativos os fornecedores, contas a pagar a empresas ligadas e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais de instrumento, pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. A Companhia baixa um passivo quando tem suas obrigações retiradas, canceladas ou vendidas.

4.2. Estoques

Os estoques são mensurados pelo seu custo médio ponderado de aquisição ou de produção e compreende, principalmente, os estoques de oleaginosas e seus óleos, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os produtos contemplam, principalmente, biocombustíveis, que estão demonstrados pelo custo médio de produção ou aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização líquido.

Os biocombustíveis compreendem, principalmente, os saldos de estoques de biodiesel.

Os materiais e suprimentos para manutenção e outros representam, principalmente, insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, exceto matérias-primas, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao de reposição.

O valor de realização líquido compreende o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e aqueles necessários para a realização da venda.

4.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

A Companhia participa em empreendimentos controlados em conjunto, sendo assim as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto.

4.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor, deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e não é amortizado. Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

As mudanças de participações em controladas, que não resultem em alteração de controle não são consideradas em uma combinação de negócios e, portanto, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido como transações de capital, pela diferença entre o preço pago/recebido e o valor contábil da participação adquirida/vendida.

O ágio relativo à aquisição de participação em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto é segregado em "expectativa de rentabilidade futura – goodwill" e "mais valia de ativos", apresentados nas demonstrações financeiras no grupo investimento, sendo seu valor recuperável testado anualmente.

4.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment).

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho das unidades industriais, que incluem peças de reposição, serviços de montagem, entre outros, são reconhecidos no ativo imobilizado quando os requisitos de reconhecimento são atendidos. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal. Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

4.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (impairment), sendo composto por softwares. Nas demonstrações financeiras, o ágio (goodwill) é apresentado no investimento.

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como despesa no resultado do período em que foram incorridos, exceto os gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados a conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, dentre outros.

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

4.7. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicadores de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGC).

Os ativos vinculados à produção de biocombustíveis têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, ou quando há indicação de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as sinergias do sistema Petrobras e a expectativa de utilização dos ativos até o final da vida útil, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

4.7.1. Redução ao valor recuperável de investimentos em coligações e empreendimentos controlados em conjunto - Impairment

A Companhia avalia os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto quando há indicadores de não recuperação do valor contábil.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável, o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, é comparado com o seu valor recuperável.

Geralmente, o valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado, proporcional à participação no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da coligação ou empreendimento controlado em conjunto, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições.

A reversão de perdas por redução ao valor recuperável é permitida.

4.8. Ativos classificados como mantidos para venda

Os ativos circulantes e eventuais passivos associados são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio da venda.

A Petrobras aprovou um plano de desinvestimento e está estudando oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de ativos para potencial alienação é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da Companhia.

Para a Companhia, a condição para a classificação como mantido para venda somente é alcançada quando a alienação for aprovada pela Administração, o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais e existir a expectativa de que a venda ocorra em até 12 meses após a classificação como disponível para venda. Contudo, nos casos em que comprovadamente o não cumprimento do prazo de até 12 meses for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controle da Companhia e se ainda houver evidências suficientes da alienação, a classificação pode ser mantida.

Estes ativos e seus passivos associados devem ser mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas de venda.

Todos os ativos classificados nessa categoria foram realizados em 2017.

4.9. Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendatário são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado durante o prazo do contrato.

4.10. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.11. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, e são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionadas a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente tributante, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais diferidos contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro líquido pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

4.12. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquidos dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cálculo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício, e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de) um plano de benefício definido ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidas no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia contribui para o plano com característica de contribuição definida, cujo percentual é baseado na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.13. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias que são classificadas como patrimônio líquido. Os ganhos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

4.14. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de hedge de fluxo de caixa e de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão e saúde com contribuição definida, ajuste acumulado de conversão, bem como efeito não realizado de investimentos disponíveis para venda.

4.15. Subvenções e assistências governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

As subvenções governamentais para investimentos são reconhecidas como outras receitas ao longo do período

A Companhia possui incentivos fiscais em dois Estados a saber:

Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia – DESENVOLVE – instituído pela Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, tem por objetivos de longo prazo complementar e diversificar a matriz industrial e agroindustrial desse Estado.

Incentivo Fiscal Minas Gerais – Este incentivo firmado com o Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria Estadual de Fazenda, como contrapartida a investimentos realizados na unidade industrial situada no município de Montes Claros-MG, contempla diferimento de ICMS na aquisição de matérias primas e redução de saldo devedor do imposto.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou como receita com tais incentivos, o montante de R\$ 12.002 conforme nota explicativa 22.

4.16. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

As receitas com as vendas de biocombustíveis e outros produtos relacionados, são reconhecidas no resultado quando a Companhia não mantém envolvimento contínuo na gestão dos bens vendidos e tampouco efetivo controle sobre tais bens e todos os riscos e benefícios inerentes ao produto forem transferidos ao comprador, o que geralmente acontece no ato da entrega, de acordo com os termos do contrato de venda. As receitas de vendas de serviços de fretes e outros são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas pela concessão de fianças, receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre eventuais atrasos em pagamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5. Estimativas e julgamentos relevantes

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

5.1. Definição das unidades geradoras de caixa para testes de recuperabilidade de ativos (Impairment)

A definição das unidades geradoras de caixa - UGC - envolve julgamentos e avaliação por parte da Administração, com base em seu modelo de negócio e gestão.

Alterações nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela Companhia podem resultar em perdas ou reversões adicionais na recuperação de ativos. Isto pode acontecer uma vez que a revisão de fatores de investimentos, estratégicos ou operacionais pode resultar em alterações nas interdependências entre ativos e, consequentemente, na agregação ou desagregação de ativos que faziam parte de determinadas UGCs.

Em setembro de 2016, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelo encerramento das operações da Usina de Quixadá-CE, que deixou de fazer parte da UGC das Usinas de Biodiesel e passou a ser testada isoladamente.

UGC da área de Biocombustível: i) UGC Biodiesel: conjunto de ativos que compõem as usinas próprias de biodiesel. A definição da UGC, com avaliação conjunta das usinas, reflete o processo de planejamento e realização da produção, considerando as condições do mercado nacional e a capacidade de fornecimentos de cada usina, assim como os resultados alcançados nos leilões e a oferta de matéria-prima; e ii) investimentos em coligada e em empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (goodwill), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

Outras informações sobre investimentos e redução ao valor recuperável de ativos são apresentadas nas notas explicativas 11 e 13.2.

5.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais ajustados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 18.

5.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões civis, fiscais, trabalhistas e ambientais, decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 23.

5.4. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, inclusive de setores específicos, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

6. Novas Normas e Interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2017 são as seguintes:

6.1. International Accounting Standards Board (IASB)

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

A partir de 1º de Janeiro de 2018, entra em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 9 – Financial Instruments* (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 – *Financial Instruments: Recognition and Measurement*.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. No entanto, existem exceções à essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da aplicação inicial do pronunciamento. A Companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A Companhia não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a Companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

Perda no valor recuperável (impairment)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de impairment é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39 que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A Companhia aplica a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não identificou perdas adicionais de impairment sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 – Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento *International Financial Reporting Standard 15 – Revenue from Contracts with Customers* (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substitui uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 – *Revenue*.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, à época e a incerteza

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

A seguir são apresentadas as perdas dos investimentos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

| 31 de Dezembro 2017 | | | |
|---|---------------------------------|--|--------------------------|
| Investimento | Atividade | Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.) | Reversão por valorização |
| BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A. | Biodiesel e Suprimento Agrícola | 8,3% | 46.447 |
| Total | | | 46.447 |

| 31 de Dezembro 2016 | | | |
|---|---------------------------------|--|--------------------------|
| Investimento | Atividade | Taxa de desconto pós-imposto (moeda constante, a.a.) | Perda por desvalorização |
| Bioleão Industrial e Comercial S.A. | Biodiesel e Suprimento Agrícola | 10,2% | (3.620) |
| Boleem Bioenergia Brasil S.A. | Biodiesel e Suprimento Agrícola | 10,2% | (48.944) |
| BSBios Ind. e Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A. | Biodiesel e Suprimento Agrícola | 10,2% | (46.447) |
| Bambu Bioenergia S.A. | Biodiesel e Suprimento Agrícola | 10,2% | 1.820 |
| Guarani S.A. | Etanol | 10,2% | (559.056) |
| Total | | | (456.247) |

13.3. Mantidos para venda

| 31 de Dezembro 2017 | | | |
|---------------------|----------------|----------------|--------------------------|
| Mantidos para Venda | Valor contábil | Valor de venda | Perda por desvalorização |
| Guarani S.A. | 658.338 | 631.654 | (26.684) |
| Nova Fronteira S.A. | 468.000 | 454.800 | (13.200) |
| Total | | | (39.884) |

| 31 de Dezembro 2016 | | | |
|---------------------|----------------|----------------|--------------------------|
| Mantidos para Venda | Valor contábil | Valor de venda | Perda por desvalorização |
| Guarani S.A. | 893.529 | 658.338 | (235.191) |
| Nova Fronteira S.A. | 567.518 | 488.000 | (99.518) |
| Total | | | (334.709) |

14. Fornecedores

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------|---------------|----------------|
| Terceiros no país | 43.660 | 56.277 |
| Terceiros no Exterior | - | 4.284 |
| Partes relacionadas | 14.641 | 45.205 |
| | 58.301 | 105.856 |

15. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos eram compostos como segue:

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Ativo | | |
| Circulante: | | |
| Petróleo Brasileiro (i) | 121.525 | 135.283 |
| Outras | 8.491 | 8.505 |
| | 130.016 | 143.788 |
| Passivo | | |
| Circulante: | | |
| Petróleo Brasileiro (ii) | 9.656 | 38.724 |
| Outras | 4.985 | 6.571 |
| | 14.641 | 45.295 |

Resultado

| | 2017 | 2016 |
|----------------------------------|----------|----------|
| Receita Líquida de vendas | | |
| Petróleo Brasileiro (iii) | 676.462 | 806.548 |
| Despesas compartilhadas | | |
| Petróleo Brasileiro (iv) | (72.077) | (90.263) |

Resultado financeiro, líquido

| | 2017 | 2016 |
|--|---------|---------|
| Petróleo Brasileiro (v) | 217.753 | 147.712 |
| (i) Os créditos junto ao acionista controlador, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, são provenientes das vendas de biodiesel negociadas em leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. | | |
| (ii) O saldo a pagar refere-se, principalmente, a provisão de salários e encargos de empregados da Petrobras, cedidos ou prestadores de serviços à Companhia; | | |
| (iii) A venda de biodiesel para a Petrobras representa 100% do volume total nos exercícios de 2017 e 2016. | | |
| (iv) Os valores referem-se, principalmente, aos gastos com profissionais cedidos (2017 - R\$ 29.990 e 2016 - R\$ 51.822), gastos com arrendamento das usinas de biodiesel (2017 - R\$ 20.722 e 2016 - R\$ 19.544), os serviços compartilhados (2017 - R\$ 13.725 e 2016 - R\$ 9.197), gastos com compartilhamento de custos e despesas - CCDD (2017 - R\$ 7.652 e 2016 - R\$ 9.889); e | | |
| (v) Os valores referem-se, principalmente, às receitas oriundas das operações de fiança (2017 - R\$ 222.224 e 2016 - R\$ 151.982) e despesas, com a atualização do atraso no pagamento de gastos com pessoal cedido, arrendamento e contrato de compartilhamentos de custos e despesas - CCDD. | | |

15.1. Garantias

A Companhia firmou, a partir de dezembro de 2013, com sua controladora Petrobras, contrato de prestação de fiança assumindo a responsabilidade como principal pagadora dos tributos federais suspensos (IN SRF nº 1.361/2013 e 1.415/2013), relativos aos equipamentos admitidos no País na condição de Admissão Temporária sob o Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavoura das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural.

A Petrobras, remunera a Companhia com o valor equivalente a 0,75% (setenta e cinco centésimos de cento) ao ano *pro-rata* sobre o montante de tributos suspensos. No exercício de 2017 foi auferida a receita de R\$ 222.224 (2016 - R\$ 151.982), conforme nota explicativa 24.

As garantias concedidas pela Companhia apresentam os seguintes saldos a liquidar:

| | 2017 | 2016 |
|----------------|-------------------|-------------------|
| 2018 | 1.612.689 | 1.224.898 |
| 2019 | 4.945.997 | 4.459.647 |
| 2020 | 24.302.577 | 15.709.125 |
| 2021 | - | 63.929 |
| 2022 | - | - |
| 2023 em diante | 510.572 | 326.798 |
| | 31.371.835 | 18.459.565 |

No exercício de 2017, a remuneração atribuída à diretoria executiva e aos conselheiros totalizava o valor de R\$ 3.911 (2016 - R\$ 4.594).

16. Tributos
16.1. Tributos correntes

A conta de impostos e contribuições correntes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 se compõe de:

| | Ativo | | Passivo | |
|-----------------|---------------|---------------|------------|--------------|
| | 2017 | 2016 | 2017 | 2016 |
| ICMS | 6.518 | 5.678 | 667 | 1.672 |
| PISE/COFINS | 38.528 | 25.705 | - | - |
| IRRF | 12.486 | 1.129 | - | 384 |
| IPI | 2.084 | 1.658 | - | - |
| Outros tributos | 355 | 311 | 129 | 160 |
| Total | 59.771 | 34.481 | 796 | 2.216 |
| Circulante | 52.523 | 26.772 | 796 | 2.216 |
| Não circulante | 7.248 | 7.709 | - | - |

16.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

| | 2017 | 2016 |
|--|----------|-----------|
| Lucro (prejuízo) do exercício | 158.834 | (885.864) |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | (54.004) | 301.194 |
| Ajustes para apuração da alíquota efetiva: | | |
| Incentivos fiscais | 4.081 | - |
| Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social | 59.690 | (284.330) |
| Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas (*) | (71.108) | (16.855) |
| Outros (**) | 21.241 | - |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | |
| | | |

Em 31 de dezembro de 2017, o prejuízo fiscal do imposto de renda e da base negativa da contribuição social, acrescidos das diferenças temporárias totalizavam, respectivamente, R\$ 2.210.588 e R\$ 2.211.135 (2016 - R\$ 1.345.736 e R\$ 1.346.256). A Companhia não efetuou o registro do ativo fiscal diferido por não atender cumulativamente as condições estabelecidas no CPC 32.

17. Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC

A Companhia possui um limite de R\$ 50.000 para antecipação de recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), exclusivo para as operações do Sistema Petrobras.

O processo de antecipação de recebíveis é gerido pelo Caixa Nacional da Controladora com um custo de 100,5% do CDI por operação.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui créditos tomados junto ao FIDC.

18. Benefícios concedidos a empregados
18.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O plano foi implementado pela Companhia, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável, sem assunção do serviço passado.

O plano de contribuição definida possui uma parcela de benefício definido que refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2017, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 2.333 (2016 - R\$ 1.990).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018 conforme determinação do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição será destinada para a conta individual do participante.

Com a adoção da lei nº 13.135/2015, os cônjuges com menos de 44 anos deixam de ter direito a pensão vitalícia e passam a seguir uma tabela de progressão. Nesse sentido, houve o reconhecimento de uma receita atuarial com custo do serviço passado.

A contribuição esperada da Companhia para 2018 é de R\$ 2.241, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2017 é de 20,24 anos.

18.2. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras Biocombustível S.A. mantém um plano de assistência médica (AMS) pós-emprego a todos os seus empregados a partir de 1º de setembro de 2014.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2017 é de 40,81 anos.

Resoluções CGPAR

Em 18 de janeiro de 2018, a Comissão Internacional de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), através das resoluções CGPAR nº 22 e 23 de 18 de janeiro de 2018, estabeleceu diretrizes e parâmetros de governança e de limites de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde na modalidade de autogestão.

O objetivo principal das resoluções é viabilizar a sustentabilidade e o equilíbrio econômico-financeiro e atuarial dos planos de saúde das empresas estatais.

A Companhia tem até 48 meses para adequação do seu plano de saúde AMS às novas regras e está avaliando os impactos que a implementação da Resolução CGPAR nº 23 poderá causar, dentre eles, uma provável redução no passivo atuarial, tendo em vista a mudança da regra de participação da empresa no custeio do plano, que passará a respeitar limite paritário, entre a Companhia e os participantes.

(a) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

| | 31 de dezembro de 2017 | | 31 de dezembro de 2016 | |
|--|------------------------|----------------|------------------------|----------------|
| | Plano de Petros2 | Plano de Saúde | Plano de Petros2 | Plano de Saúde |
| Obrigação atuarial no início do exercício | 2.738 | 3.269 | 833 | 1.212 |
| Custo do serviço corrente | 529 | 1.098 | 282 | 602 |
| Custo dos juros | 296 | 355 | 121 | 178 |
| Remuneração (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência | (728) | 32 | (107) | 37 |
| Remuneração (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas | (102) | (52) | (317) | (52) |
| Remuneração (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras | 544 | (333) | 1.926 | 1.292 |
| Custo de Serviço Passado - Redução do Plano | - | - | - | - |
| Obrigação atuarial no fim do exercício | 3.271 | 4.386 | 2.738 | 3.269 |

(b) Movimentação do valor justo dos ativos do plano

| | 31 de dezembro de 2017 | | 31 de dezembro de 2016 | |
|---|------------------------|----------------|------------------------|----------------|
| | Plano de Petros2 | Plano de Saúde | Plano de Petros2 | Plano de Saúde |
| Ativos do plano no início do exercício | - | - | - | - |
| Receita de juros | - | - | - | - |
| Rendimento sobre os Ativos (Maior)/Menor que a Taxa de Desconto | (37) | - | - | - |
| Ativos do plano no fim do exercício | (37) | - | - | - |

(c) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

| | 31 de dezembro de 2017 | | 31 de dezembro de 2016 | |
|---|------------------------|----------------|------------------------|----------------|
| | Plano de Petros2 | Plano de Saúde | Plano de Petros2 | Plano de Saúde |
| Não circulante | - | - | - | - |
| Valor presente das obrigações | 3.277 | 4.386 | 2.738 | 3.269 |
| Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (6 a.a.) | (37) | - | - | - |
| Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro | 3.240 | 4.386 | 2.738 | 3.269 |

(d) Movimentação do passivo atuarial líquido

| | 2017 | 2016 |
|---|--------------|--------------|
| Saldo em 1º de janeiro | 2.738 | 3.269 |
| (+) Efeitos remens. reconhecidos em outros resultados abrangentes | (333) | (336) |
| (-) Custos incorridos no exercício | 835 | 1.453 |
| (-) Custo de Serviço Passado - Redução do Plano | - | - |
| Saldo em 31 de dezembro | 3.240 | 4.386 |

(e) Premissas atuariais adotadas no cálculo

| | 31 de dezembro de 2017 | | 31 de dezembro de 2016 | |
|--|------------------------|----------------|------------------------|----------------|
| | Plano de Petros2 | Plano de Saúde | Plano de Petros2 | Plano de Saúde |
| Taxa nominal de desconto (6 a.a.) | 9,65 | 9,59 | 10,84 | 10,87 |
| Taxa nominal de retorno esperado dos ativos (6 a.a.) | 9,65 | 9,59 | 10,84 | 10,87 |
| Taxa nominal de crescimento salarial (6 a.a.) | 5,04 | 5,04 | 7,57 | 4,87 |
| Taxa nominal de reajuste de benefícios do plano (6 a.a.) | 3,96 | 3,96 | 4,87 | 4,87 |
| Inflação (6 a.a.) | 3,96 | 3,96 | 4,87 | 4,87 |
| Taxa nominal de crescimento dos custos médicos (6 a.a.) | 11,20 | 4,50 | - | 13,91 |

19. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 4.378.444 (2016 - R\$ 4.340.218), está representado por 437.844.373 ações ordinárias (2016 - 434.021.773 ações ordinárias) sem valor nominal, todas escriturais com direito a voto e pertencentes ao acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

Em 20 de março de 2017, foi efetuado aumento de capital no montante total de R\$ 38.225, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, conforme poderes outorgados pelo acionista controlador - Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

O saldo remanescente de ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 12.102 refere-se, principalmente, a realização da operação de hedge de fluxo de caixa e ajuste acumulado de conversão na alienação da Investida Guarani de (R\$62.770), e ao resultado ainda não realizado nas atualizações do ativo financeiro disponível para venda no montante de R\$ 8.400, no exercício de 2017.

O lucro do ano de 2017 foi de R\$ 158.834, decorre, principalmente, pelo resultado financeiro R\$ 277.054, destacando as receitas nas operações de fiança, compensado pelo prejuízo antes do resultado financeiro líquido (R\$ 33.169) e com o Resultado de participações em investimentos (R\$ 85.051).

20. Receita de Vendas de Produtos

| | 2017 | 2016 |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Receita bruta de vendas | 787.494 | 969.543 |
| Encargos de vendas | (105.413) | (130.907) |

Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

21. Custo do produto vendido e despesas por natureza

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|--------------------|
| Depreciação e amortização | (2.543) | (5.463) |
| Despesas com pessoal (i) | (69.548) | (84.519) |
| Matérias-primas / produtos adquiridos | (635.675) | (850.103) |
| Serviços contratados, fretes, aluguéis e encargos gerais | (73.950) | (78.615) |
| Perda na recuperação de ativo | (7.679) | 4.173 |
| Incentivos fiscais | 12.002 | 19.662 |
| Tributárias | (19.546) | (8.251) |
| Ajuste dos estoques ao valor realizável líquido - AVRL (ii) | 932 | 53 |
| Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA | 132.102 | - |
| Realização de fluxo de caixa - Hedge | (69.332) | - |
| Impostos e taxas | - | (327) |
| Outros | 17.987 | (4.377) |
| | (715.250) | (1.007.767) |
| Custo do produto vendido | (708.340) | (919.896) |
| Despesas com vendas | (6.288) | (5.608) |
| Despesas gerais administrativas | (71.960) | (83.266) |
| Despesas tributárias | (19.546) | (8.251) |
| Outras receitas, líquidas | 90.884 | 9.254 |
| | (715.250) | (1.007.767) |

(i) Incluiu remuneração atribuída à diretoria executiva e conselheiros no valor de R\$ 3.911 (2016 - R\$ 4.594); e
 (ii) Ajuste a valor de mercado - AVML reflete a diferença apurada entre os custos de produção, destacando-se a aquisição de matéria-prima, com os preços de realização líquidos das despesas de venda, registrados em custo.

22. Outras receitas, líquidas

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------------|---------------|--------------|
| Assistência técnica e sementes | (777) | (2.730) |
| Incentivos Fiscais (i) | 12.002 | 19.662 |
| Perda de recuperação de ativos | 1.303 | 4.173 |
| Ociosidade | (1.930) | (9.348) |
| Ganho e provisão judicial (ii) | 24.243 | (3.287) |
| Baixa do ajuste acum. Conversão (iii) | 132.102 | - |
| Baixa do hedge Fluxo de caixa (iii) | (69.332) | - |
| Outras despesas | (6.272) | 784 |
| | 90.884 | 9.254 |

(i) Receita de subvenção governamental de investimento sobre o ICMS nos estados da Bahia e Minas Gerais;
 (ii) Ganho do pagamento, pela Tereos Participations, de contingências judiciais (R\$ 25.373), na venda da investida Guarani; e
 (iii) Realização do Ajuste Acumulado de Conversão e Hedge Fluxo de Caixa na venda da investida Guarani.

23. Processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.
 A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. Os processos judiciais prováveis provisionados, são apresentados a seguir:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------|--------------|--------------|
| Passivo não circulante | | |
| Processos Trabalhistas | 2.406 | 2.441 |
| Processos Fiscais | 351 | 165 |
| Processos Cíveis | 18 | 12 |
| | 2.775 | 2.618 |

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para a qual não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

| | 2017 | 2016 |
|------------------------|----------------|--------------|
| Processos Trabalhistas | 5.972 | 5.850 |
| Processos Fiscais (i) | 118.910 | 129 |
| Processos Cíveis | 728 | 728 |
| | 125.610 | 6.707 |

(i) Refere-se ao auto de infração no valor de R\$ 117.673 apontando como supostas irregularidades a "utilização indevida de créditos de PIS e COFINS e a 'glosa de créditos de PIS e COFINS' (saldo credor remanescente). Contudo, a PBIO é uma empresa que apurá imposto de renda pelo lucro real e, portanto, apura e recolhe PIS/COFINS pelo regime de incidência não-cumulativa desses tributos.

24. Resultado financeiro

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Receitas Financeiras sobre fiança (*) | 222.224 | 151.982 |
| Receitas de Aplicações Financeiras | 57.357 | 2.719 |
| Rec. Financeiras - contas a receber vendas | 9 | 90 |
| Juros Recebidos de Clientes | 6.821 | 140 |
| Despesas Financeiras - Terceiros | (166) | (105) |
| Despesas Financeiras - Partes Relacionadas | (1.317) | (9.742) |
| Variação Cambial e Monetária | (7.874) | 210 |
| | 277.054 | 145.294 |

(*) Detalhamento na nota explicativa 15.1

25. Compromissos
Compromissos: Petrobras Biocombustível e Entidades Governamentais

No âmbito da sua atuação no semáforo, a Companhia firmou um Convênio com o Governo estadual da Bahia, em janeiro de 2014, e dois com o Governo do Ceará, em dezembro de 2013, objetivando o atendimento de agricultores e aquicultores familiares contratados para fornecimento de oleaginosas.

Com o Governo do Estado da Bahia foi firmado um compromisso para incrementar a produção agrícola com assistência técnica e preparo mecanizado de solo, oferecidos a 8.700 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona, girassol e óleo de dendê. Ressalta-se que não houve repasse financeiro entre os partícipes.

O Convênio celebrado com o Estado do Ceará prevê atendimento a 6.000 agricultores familiares fornecedores de grãos de mamona através de assistência técnica, preparo mecanizado de solo e adubação com foco no aumento da produção e da produtividade.

Estes convênios não obrigam a transferência de recursos financeiros entre os partícipes, não gerando qualquer obrigação financeira para a Companhia. Os compromissos firmados envolvem recursos totais de aproximadamente R\$ 7.674 (Bahia), em 40 meses e R\$ 2.967 (Ceará) em 36 meses, mediante o fornecimento das oleaginosas.

Com o Governo do Estado do Ceará, foi firmado novo convênio de 24 meses, em dezembro de 2014, com a Secretaria da Pesca e Aquicultura do Ceará (SPA/CE), sem transferência de recursos financeiros, visando a prestação de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA) a 689 piscicultores que atuam nos açudes do Castanhão e Orós, fornecedores do óleo presente nas vísceras de peixe (ou OGR de Peixe), para fins de contabilização do Solo Combustível Social e produção de biodiesel.

A safra 2015/2016 (ano fiscal 2016) foi a última abrangida pelos convênios celebrados com os Estados da Bahia e Ceará, sendo que o número de agricultores familiares atendidos e considerados para fins de Solo Combustível Social foram de 806 agricultores produtores de mamona e 29 produtores de peixes. Os números desta safra ficaram abaixo da expectativa inicial devido às adversidades climáticas que ocorreram nas áreas de atuação da companhia.

Em 2017 não tivemos nenhum convênio celebrado com órgãos públicos.

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos
26.1. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas diante das condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Durante os exercícios de 2017 e 2016 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia e estão demonstradas abaixo em 31 de dezembro:

| | 2017 | 2016 |
|--|---------|---------|
| Instrumentos financeiros | | |
| Ativos | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 288 | 565 |
| Contas a receber | 791.786 | 149.707 |
| Ativo financeiro disponível para venda | 463.200 | - |
| Passivos | | |
| Fornecedores | | |
| Terceiros | 43.680 | 60.561 |

26.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos destes instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

26.3. Gerenciamento dos riscos

A gestão da Companhia é realizada por seus diretores, com base na política corporativa sobre gerenciamento de riscos da Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

26.3.1. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco, consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

26.3.2. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos, principalmente, com despesas de capital de giro. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por dívidas de curto e longo prazos, transações de vendas e aportes da controladora, quando necessário. Estas origens de recursos, somadas à posição financeira da Companhia, tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos de forma corporativa.

26.3.3. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia segue as orientações corporativas para as empresas do Sistema Petrobras.

26.3.4. Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia não tem fluxos operacionais em outras moedas.

26.4. Seguros (não auditado)

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As usinas de biodiesel possuem cobertura de seguro com a empresa Chubb Seguradora S.A., com vigência de 30 de novembro de 2016 até 31 de maio de 2018, com riscos cobertos no valor de R\$ 196.063 e valor de franquia de R\$ 2.000.

27. Eventos subsequentes
27.1. Investimento:

Em 05 de fevereiro de 2018, a Petrobras em continuidade ao fato relevante divulgado em 14 de dezembro de 2017, informou o início da fase não vinculante referente ao processo de alienação de 100% da participação detida pela Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO na empresa BSBios Ind. E Com. de Biodiesel Sul Brasil S.A., que corresponde a 50% do capital da empresa.

Nesta etapa do projeto, os interessados habilitados na fase anterior e que assinaram o Acordo de Confidencialidade e a Declaração de Conformidade, receberam um memorando descritivo contendo informações mais detalhadas sobre os ativos em questão, além de instruções sobre o processo de desinvestimento, incluindo as orientações para elaboração e envio das propostas não vinculantes.

27.2. Instrumento financeiro disponível para venda

Em 16 de fevereiro de 2018, a Petrobras Biocombustível S.A. - PBIO alienou, nesta data, por meio de leilão no B3, 24.000.000 (vinte e quatro milhões) de ações da São Martinho S.A. (SMTO3) detidas pela companhia, ao preço de R\$ 18,51 (dezoito reais e cinquenta e um centavos) por ação.

A companhia esclarece ainda que, com essa venda, a sua participação de 6,593% no Capital Social total da São Martinho S.A. foi encerrada.

27.3. Diluição do investimento Bioóleo

Em 13 de março de 2018, o acionista da Bioóleo Comercial e Industrial S.A., realizou o aumento de capital de R\$ 1.480, gerando a diluição de participação societária da PBIO (de 50,00% para 6,0674%). A diluição está em linha com o plano estratégico da Companhia, conforme divulgado na nota explicativa 1.

A Companhia esclarece que essa negociação está sujeita à autorização do Juiz da 4ª Vara de Feitos de Relações de Consumo, Cível e Comerciais - Feira de Santana.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 JORGE CELESTINO RAMOS
 Presidente

 LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES
 Conselheiro

 RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
 Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

 RICARDO GREENHALGH BARRETO NETO
 Presidente

 LAIR JESUS PEREIRA DE OLIVEIRA
 Diretor



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA



Petrobras Biocombustível S.A.

CNPJ Nº 10.144.628/0001-14 — Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Petrobras Biocombustível S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Petrobras Biocombustível S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Biocombustível S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações relacionadas a receita de vendas e contas a receber da Companhia é realizada com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 3 de abril de 2017.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. (06 DE ABRIL DE 2018)

O Conselho Fiscal da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, bem como a proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2017. Com base nos exames efetuados pelos conselheiros, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o parecer dos auditores independentes, emitido sem ressalvas, com data de 06 de abril de 2018 o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos encontram-se em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Rio de Janeiro, 06 de abril de 2018.

José de Melo
Presidente

Solange Arantes Dornela
Conselheira

Ernesto Carneiro Preciado
Conselheiro

DOCUMENTOS CLASSIFICADOS COMO SIGILOSOS

- **Anexo 2: Nota Técnica e Apresentação do Plano de Negócios e Gestão – 2018-2022;**
- **Anexo 2.1: Apresentação PGN 2018-2022;**
- **Anexo 3: Nota Técnica e Apresentação do Plano Anual de Negócios – 2018 e Proposta de Indicadores de Gerenciamento de Desempenho por Resultado (GDR)-2018; e**
- **Anexo 3.1: Apresentação ao Conselho de Administração – PAN 2018.**

ANEXO À CARTA PBIO-PRES 006/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Anexo 4

Metas de Desempenho exercício de 2018



Apresentação ao Conselho de Administração

Proposta de Indicadores de Gerenciamento de Desempenho por Resultado (GDR) - 2018

Petrobras Biocombustível

GDR 2018 - Objetivos

- Inclusão de métrica de resultados operacionais no processo de avaliação do desempenho (GD) dos empregados;
- Maior reforço à meritocracia;
- Torna mais fácil visualizar a ligação entre o desempenho do indivíduo e o desempenho da Companhia;
- Reforça a importância de metas realistas e que representem de fato a realidade do negócio.

Descrição dos Indicadores do GDR 2018



| INDICADORES DE DESEMPENHO EMPRESARIAL DA PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL | | | |
|---|---|--|------------|
| PERSPECTIVA | INDICADOR | DESCRIÇÃO DO INDICADOR | APURAÇÃO |
| Operacional | Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP | Entregar 90% do volume de biodiesel vendido nos leilões da ANP (inclui somente usinas próprias). Realização deve ser maior ou igual a meta. | Desempenho |
| Operacional | Custo de Cobertura do Selo Combustível Social | O Selo Combustível Social (SCS) é condição necessária para comercialização em leilões do biodiesel da ANP. A meta é que o custo de Respaldo no Semi-Árido seja igual ou menor ao custo do Respaldo no Rio Grande do Sul. Fórmula: $[(\text{Custo por m}^3 \text{ Realizado}) / (\text{Custo por m}^3 \text{ de Referência})] \times 100\%$ | DAGRI |
| Financeiro | IEO - Índice de Eficiência Operacional | Expressa a relação entre despesas de pessoal e as receitas médias obtidas com a atividade operacional da empresa. Fórmula: $(\text{Gastos de Pessoal} + \text{Encargos} + \text{Benefícios}) / \text{Receita Operacional Líquida}$ | Desempenho |
| SMS | VAZO (m ³) | Volume de óleo (petróleo e derivados, inclusive petroquímicos) liberado acidentalmente para o meio ambiente (em corpos hídricos e em solo não impermeabilizado), em ocorrências com vazamentos acima de 01 (um) barril (0,20 m ³), mesmo que tenha sido completamente recuperado. | SMS |
| SMS | TAR - Taxa de Acidentados Registráveis | Número de Acidentados Registráveis de classe 2,3 e 4 por 1 milhão de horas-homem de exposição ao risco. | SMS |
| Financeiro | Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG) | Compreende ao percentual de realização do orçamento planejado dos Gastos Operacionais Gerenciáveis (Contas 42 a 45) para o ano de 2018. | Desempenho |



Indicadores de Desempenho – GDR 2018



| Indicadores GDR 2018 | Meta | Peso |
|---|------|-------------|
| ↑ Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP | 90% | 20% |
| → Custo de Cobertura do Selo Combustível Social | 100% | 10% |
| → IEO - Índice de Eficiência Operacional | 12% | 20% |
| → VAZO (m ³) | 0,00 | 10% |
| → TAR - Taxa de Acidentados Registráveis | 2,40 | 10% |
| → Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG) | 100% | 30% |
| Consolidado | | 100% |

PRV 2018 – Objetivos

- A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) através do Ofício 390/2017-MP de 15/09/17 estabeleceu regras para o Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) para os dirigentes das empresas públicas e de suas subsidiárias;
- A Petrobras através do DIP RH/RRH/REE 108/2017 de 09/10/17 aprovou a proposta de RVA 2018 da empresa, denominado internamente como PRV;
- O regulamento do PRV da PBIO estabeleceu que as metas propostas aos dirigentes não podem ser menos rigorosas que as metas propostas aos empregados para a distribuição de Participação dos Lucros e Resultados (PLR). Como a PBIO não possui indicadores para distribuição de PLR, mas sim o GDR, estes foram revisados para conferir o máximo de alinhamento com a *holding*;
- Adicionalmente, a proposta de meta atendeu a seguinte regra: “valor do último exercício ou a média dos últimos 5 anos, a que for mais desafiadora”;
- As condições necessárias para o pagamento do PRV são:
 - Lucro líquido contábil positivo em 2018;
 - Pagamento de PLR dos empregados em 2019;
 - Pagamento de dividendos ou JCP aos acionistas em 2019;
 - VAZO (Volume de Vazamentos e Óleos Derivados) igual a zero;
 - EBITDA > que a Meta definida para 2018.

Indicadores de PRV PBIO 2018



| Indicadores PRV 2018 | Meta | Peso |
|---|-------------------|-------------|
| Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP | 94% | 3% |
| Custo de Cobertura do Selo Combustível Social | 71% | 3% |
| IEO - Índice de Eficiência Operacional | 11% | 3% |
| VAZO (m ³) | 0,00 | 10% |
| TAR - Taxa de Acidentados Registráveis | 2,40 | 31% |
| Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG) | 100% | 11% |
| EBITDA | -R\$ 82,0 milhões | 30% |
| Conformidade de Envio de Informações ao SEST | n/a | 5% |
| Avaliação da DE pelo CA | n/a | 5% |
| Consolidado | | 100% |

NP-2

Indicadores de GDR x PRV PBIO 2018 - Comparativo



| Indicadores PRV & GDR 2018 | Metas PRV | Peso | Metas GDR | Peso | Justificativas |
|---|-------------------|-------------|-----------|-------------|---|
| ↑ Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP | 94% | 3% | 90% | 20% | PRV - Meta 5 anos; GDR: Limite mínimo de retirada de volume estabelecido pela ANP às distribuidoras |
| ↓ Custo de Cobertura do Selo Combustível Social | 71% | 3% | 100% | 10% | PRV - Valor realizado em 2017; GDR: A meta é ficar menor ou igual ao custo do Respaldo do SCS no Sul. |
| ↓ IEO - Índice de Eficiência Operacional | 11% | 3% | 12% | 20% | PRV - % realizado em 2017; GDR: % estabelecido no PAN 2018 |
| ↓ VAZO (m³) | 0,00 | 10% | 0,00 | 10% | Indicador foi ajustado no GDR para ficar igual ao PRV |
| ↓ TAR - Taxa de Acidentados Registráveis | 2,40 | 31% | 2,40 | 10% | Indicador foi ajustado no GDR para ficar igual ao PRV |
| ↓ Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG) | 100% | 11% | 100% | 30% | Indicador foi ajustado no GDR para ficar igual ao PRV |
| ↑ EBITDA | -R\$ 82,0 milhões | 30% | | | GDR não considera metas de resultado financeiro em alinhamento com as metas da Petrobras |
| ↑ Conformidade de Envio de Informações ao SEST | n/a | 5% | | | Não aplicável |
| ↑ Avaliação da DE pelo CA | n/a | 5% | | | Não aplicável |
| Consolidado | | 100% | | 100% | |

- Observação: O valor do Custo de Cobertura do Selo Combustível Social realizado em 2017 igual a 71% foi resultado de uma conjuntura atípica explicada por uma super safra de soja e alto preço da mamona.





Petrobras Biocombustível
PBIO-PRES/PD
Contato: Chave: ZBS3
Rota: 817-4775

ANEXO À CARTA PBIO-PRES 006/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Anexo 5
Metas de Resultado Petrobras
Biocombustível S.A. - período
2013 a 2017

| Indicador | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 |
|---|------|------|------|------|------|
| Índice de Volume de Biodiesel Entregue / Vendido nos Leilões da ANP | 91% | 94% | 90% | 97% | 100% |
| Índice de cobertura do Selo Combustível Social (%) | 143% | 103% | 147% | 119% | 128% |
| Índice de Eficiência Operacional | 12% | 17% | 15% | 10% | 11% |
| AR - Taxa de Acidentes Registráveis | N/D | 4,47 | 2,15 | 2,56 | 0,00 |
| Escavamentos (m ³) | 0,22 | 0,15 | 0,65 | 0,00 | 0,00 |
| Realização de Gastos Operacionais Gerenciáveis (GOG) / Previsto no AN | 85% | 88% | 92% | 84% | 97% |

ANEXO À CARTA PBIO-PRES 006/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Anexo 6

Relatório de Desempenho de Resultados e de Investimentos - exercício de 2017



Apresentação ao Conselho de Administração

Relatório de Desempenho Empresarial – Dezembro de 2017

Petrobras Biocombustível

NP-3

Resultado (Realizado x Planejado) Petrobras Biocombustível



Lucro acumulado de R\$ 158 milhões no período explicado pela melhoria operacional, ganhos de alienação de participação acionária na Guarani classificados como Outras Despesas Operacionais, reversão de impairment BsBios e maiores ganhos financeiros.

| DRE | Acumulado | | | Acumulado | |
|-----------------------------|-----------------|------------------|--------------|------------------|-------------|
| | R\$ mil | 2017 | 2016 | PAN | Var % |
| Receita Líquida | 682.082 | 838.636 | | 630.356 | 8% |
| Custo Produto Vendido | (708.340) | (919.896) | -19% | (683.409) | -4% |
| Resultado Bruto | (26.259) | (81.259) | 68% | (53.053) | 51% |
| Margem Bruta | -4% | -10% | | -8% | |
| Despesas Operacionais | (6.911) | (87.871) | 92% | (65.278) | 89% |
| Incentivos Fiscais | 12.002 | 19.662 | -39% | 24.784 | -52% |
| Ociosidade das Usinas | (1.930) | (9.348) | 79% | - | - |
| Despesas G&A | (8.648) | (99.629) | 91% | (88.750) | 90% |
| Despesas Selo | (655) | (2.730) | 76% | (1.312) | 50% |
| Res. Operacional | (33.169) | (169.130) | 80% | (118.331) | 72% |
| Margem Operacional | -5% | -20% | | -19% | 74% |
| Resultado Financeiro | 277.055 | 145.294 | 91% | 185.495 | 49% |
| Res. antes das Part. | 243.885 | (23.837) | 1123% | 67.164 | 263% |
| Part. em Investimentos | (85.051) | (862.027) | 90% | (98.687) | 14% |
| IR/CSLL | - | - | | (15.985) | |
| Resultado Líquido | 158.834 | (885.864) | 118% | (47.508) | 434% |
| Margem Líquida | 23% | -106% | | -8% | |
| EBITDA | (30.626) | (163.550) | 81% | (113.415) | 73% |
| Margem EBITDA | -4,5% | -19,5% | | -18,0% | |

2



Participações

Resultado acumulado (2017 X 2016)



Base: Dezembro/2017

| R\$ mil | Bambuú | BBB | Bioóleo | BsBIOS | Guarani | Nova Fronteira | 2017 | 2016 | Var. % |
|-----------------------------------|----------|------------------|----------|---------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|-------------|
| Equivalência Patrimonial | - | (182.959) | (1.981) | 18.916 | - | - | (166.024) | (62.108) | 167% |
| Mais Valia | - | - | - | (298) | - | - | (298) | (5.068) | -94% |
| Ajustes/Provisão Impairment | - | 72.727 | 1.981 | 46.447 | (26.684) | (13.200) | 81.270 | (794.851) | -110% |
| Resultado dos Investimento | - | (110.232) | - | 65.065 | (26.684) | (13.200) | (85.051) | (862.027) | -90% |

Principais comentários Ano de 2017

BsBios: Lucro Operacional de R\$ 51,5 milhões (margem 5,1%); EBITDA de R\$ 59,6 milhões (margem 6,1%) e resultado financeiro de - R\$ 30,9 milhões, explicada pela alavancagem de 80%. Margem líquida de 1,9%. Reversão por impairment de R\$ 46,4 milhões explicadas pelo aumento da capacidade de produção em 36% e redução da taxa de desconto de 10,2% para 8,3%.

BBB: Equivalência patrimonial de - R\$ 179,5 milhões. O impacto na PBIO é nulo, visto que o investimento da PBIO na coligada foi provisionado por *impairment* em sua totalidade em períodos anteriores. Aporte de R\$ 110,2 milhões no período;

Bambuú e BioÓleo: Empresas com Patrimônio Líquido negativo, desta forma não é contabilizada equivalência patrimonial;

Ajustes/Impairment:

- BBB e BioÓleo: Provisão para *impairment* do valor da equivalência;
- BsBios: Reversão da provisão de *impairment* feita em 2016 no valor de R\$ + 46,4 milhões;
- Guarani: Perda de R\$ 26,68 milhões no processo de venda da Guarani decorrente da variação cambial do valor da venda;
- Nova Fronteira: Perda de R\$ 13,2 milhões referente a variação no valor das ações em janeiro e fevereiro.

São Martinho: O resultado da variação das ações da São Martinho (SMT03) está registrada no Patrimônio Líquido da PBIO desde março/2017, será incluído no resultado apenas quando houver venda de ações;

- Ganho acumulada desde o fechamento da operação até 31/12: R\$ 33,2 milhões, com valor de ação igual a R\$ 19,30.

Geração de Caixa Usinas (R\$/m³)



| | 2017 | | | | 2016 | | | | PAN 2017 | | | |
|------------------|--------------|-----------------|--------------------|-----------------------|--------------|-----------------|--------------------|-----------------------|--------------|-----------------|--------------------|----------------------|
| | Volume m3 | Preço R\$/m3 | Receita R\$ mil | Var. 2017 X 2016 % | Volume m3 | Preço R\$/m3 | Receita R\$ mil | Var. 2017 X 2016 % | Volume m3 | Preço R\$/m3 | Receita R\$ mil | Var. 2017 X PAN % |
| B100 | | | | | | | | | | | | |
| Candeias | 140.394 | 2.559 | 359.275 | 36% | 95.647 | 2.765 | 264.445 | 36% | 119.477 | 2.770 | 331.001 | 9% |
| Montes Claros | 117.289 | 2.428 | 284.778 | -22% | 138.011 | 2.650 | 365.703 | -22% | 98.919 | 2.667 | 263.820 | 8% |
| PBIO - Biodiesel | 257.683 | 2.499 | 644.053 | 2% | 233.658 | 2.697 | 630.148 | 2% | 218.396 | 2.724 | 594.821 | 8% |

| Candeias | Média 2017 | | | | | | | | | | | | Média 2016 | | | | | |
|------------------------------|------------|---------|---------|-----------|---------|---------|-----------|---------|---------|-----------|---------|---------|------------|-----------|---------|---------|-----------|---------|
| | Leilão 52 | | | Leilão 53 | | | Leilão 54 | | | Leilão 55 | | | | Leilão 56 | | | Leilão 57 | |
| FUT (%) | Jan-Fev | Mar-Abr | Mai-Jun | Jun-Ago | Set-Out | Nov-Dez | Jan-Fev | Mar-Abr | Mai-Jun | Jun-Ago | Set-Out | Nov-Dez | Jan-Fev | Mar-Abr | Mai-Jun | Jun-Ago | Set-Out | Nov-Dez |
| Volume Produzido m³ | 9.717 | 10.160 | 11.383 | 12.786 | 15.094 | 12.090 | 9.717 | 10.160 | 11.383 | 12.786 | 15.094 | 12.090 | 9.717 | 10.160 | 11.383 | 12.786 | 15.094 | 12.090 |
| Margem Contribuição (R\$/m³) | 264 | 90 | 220 | 151 | 327 | 265 | 264 | 90 | 220 | 151 | 327 | 265 | 264 | 90 | 220 | 151 | 327 | 265 |
| Custo Fixo (R\$/m³) | (304) | (331) | (310) | (255) | (208) | (244) | (304) | (331) | (310) | (255) | (208) | (244) | (304) | (331) | (310) | (255) | (208) | (244) |
| Custo Total (R\$/m³) | (3.169) | (2.851) | (2.472) | (2.534) | (2.518) | (2.644) | (3.169) | (2.851) | (2.472) | (2.534) | (2.518) | (2.644) | (3.169) | (2.851) | (2.472) | (2.534) | (2.518) | (2.644) |
| Resultado Bruto (R\$/m³) | (41) | (241) | (90) | (104) | 119 | 21 | (41) | (241) | (90) | (104) | 119 | 21 | (41) | (241) | (90) | (104) | 119 | 21 |
| Geração de Caixa (R\$/m³) | 44 | (151) | (13) | (35) | 177 | 59 | 44 | (151) | (13) | (35) | 177 | 59 | 44 | (151) | (13) | (35) | 177 | 59 |

| Montes Claros | Média 2017 | | | | | | | | | | | | Média 2016 | | | | | |
|------------------------------|------------|---------|---------|-----------|---------|---------|-----------|---------|---------|-----------|---------|---------|------------|-----------|---------|---------|-----------|---------|
| | Leilão 52 | | | Leilão 53 | | | Leilão 54 | | | Leilão 55 | | | | Leilão 56 | | | Leilão 57 | |
| FUT (%) | Jan-Fev | Mar-Abr | Mai-Jun | Jun-Ago | Set-Out | Nov-Dez | Jan-Fev | Mar-Abr | Mai-Jun | Jun-Ago | Set-Out | Nov-Dez | Jan-Fev | Mar-Abr | Mai-Jun | Jun-Ago | Set-Out | Nov-Dez |
| Volume Produzido m³ | 8.449 | 9.590 | 10.218 | 10.450 | 10.663 | 10.075 | 8.449 | 9.590 | 10.218 | 10.450 | 10.663 | 10.075 | 8.449 | 9.590 | 10.218 | 10.450 | 10.663 | 10.075 |
| Margem Contribuição (R\$/m³) | 188 | 168 | 167 | 217 | 330 | 244 | 188 | 168 | 167 | 217 | 330 | 244 | 188 | 168 | 167 | 217 | 330 | 244 |
| Custo Fixo (R\$/m³) | (255) | (235) | (232) | (225) | (224) | (163) | (255) | (235) | (232) | (225) | (224) | (163) | (255) | (235) | (232) | (225) | (224) | (163) |
| Custo Total (R\$/m³) | (3.036) | (2.527) | (2.309) | (2.343) | (2.431) | (2.445) | (3.036) | (2.527) | (2.309) | (2.343) | (2.431) | (2.445) | (3.036) | (2.527) | (2.309) | (2.343) | (2.431) | (2.445) |
| Resultado Bruto (R\$/m³) | (67) | (67) | (65) | (8) | 106 | 81 | (67) | (67) | (65) | (8) | 106 | 81 | (67) | (67) | (65) | (8) | 106 | 81 |
| Geração de Caixa (R\$/m³) | 7 | 6 | (0) | 56 | 168 | 89 | 7 | 6 | (0) | 56 | 168 | 89 | 7 | 6 | (0) | 56 | 168 | 89 |

Observação:

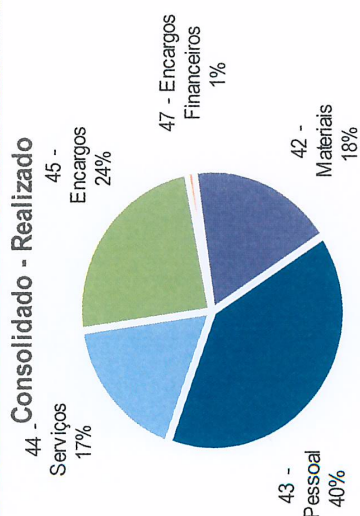
Definição de Geração de Caixa: Resultado bruto (-) D&A e Arrendamento das Usinas.

4

NP-3

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Consolidado



| Grupo de Gasto | R\$ Milhão | | | | |
|---------------------------|---------------|---------------|------------|---------------|-------------|
| | Real 2017 | PAN | Var (%) | Real 2016 | Var (%) |
| 42 - Materiais | 33,89 | 33,37 | 2% | 45,26 | -25% |
| 43 - Pessoal | 74,83 | 82,16 | -9% | 87,79 | -15% |
| 44 - Serviços | 32,39 | 35,54 | -9% | 45,33 | -29% |
| 45 - Encargos | 45,85 | 38,60 | 19% | 51,94 | -12% |
| 47 - Encargos Financeiros | 1,44 | 4,87 | -71% | 5,58 | -74% |
| Total Geral | 188,39 | 194,55 | -3% | 235,89 | -20% |

Materiais: maiores gastos em função de:

- Combustíveis, especialmente BPF na UBMC (R\$ 2,081 milhões) em função do aumento do preço unitário;
- Insumos químicos na UBC, especialmente gás natural e terra de diatomácea (+R\$ 2,7 milhões) em função do aumento dos consumos relativos médios.

Menores gastos com metilato, visto que a partir de outubro, estes gastos foram alocados no grupo 41 (vide nota técnica da DBIO/GP.01/2018), totalizando menores gastos no grupo 42 no valor de R\$ 2,9 milhões.

Destaca-se que a produção acumulada e consolidada das Usinas está 20% acima da previsão orçamentária.

Pessoal: menores gastos na maioria das áreas, exceto GP, UBMC, UBC, Financeiro, SERV e Recursos Humanos.

Serviços: menor realização em função de:

- Serviços profissionais devido à estorno das provisões de 2016 em 2017 e otimizações dos contratos de apoio administrativo (-R\$ 3,8 milhões);
- ASTEC (-R\$ 665 mil) e menores gastos nas demais classes totalizando -R\$ 1,58 milhão;

Maiores gastos com fretes (+R\$ 2 milhões), auditoria externa e segurança e vigilância na UBQ (+R\$ 794,5 mil).

Encargos: maior realização em função de:

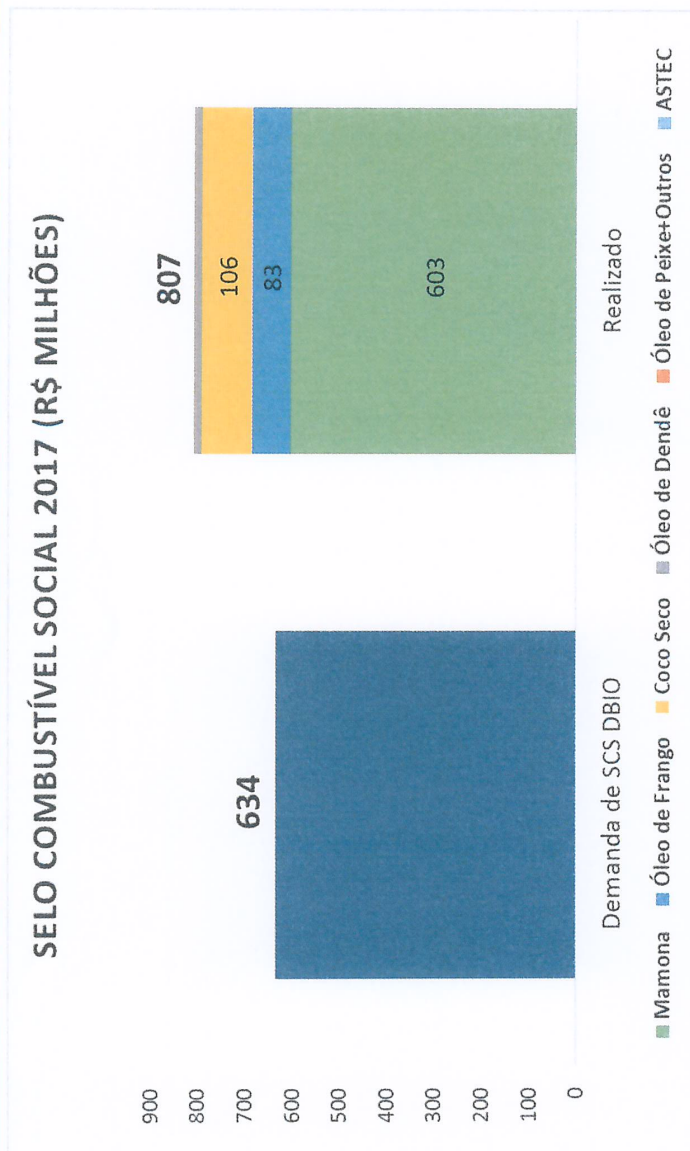
- Arrendamento mercantil em +R\$ 5,4 milhões devido à ausência de previsão orçamentária em Quixadá (usina seria devolvida à Petrobras em abril/17);
- CCCCD (quitação de nota de débito de períodos anteriores, no valor de R\$ 1 milhão);
- Encargos gerais: repasse dos gastos de apoio administrativo de 2016 e pagamento da garantia à São Martinho (+R\$ 1,94 milhão);

Encargos financeiros: menores pagamentos de juros do FIDC, devido à maior disponibilidade de caixa em 2017.

NP-3

PBIO/PRES/PD/GOI

Selo Combustível Social (Respaldo)



- A aquisição de matérias-primas e a contratação de serviços de capacitação e assistência técnica em favor dos produtores familiares, refletiram em respaldo em 28% acima da necessidade para manutenção do SCS para safra 2017. O fechamento de respaldo totalizou R\$ 807 milhões.
- Essa realização a mais em 2017, representa 21% da necessidade de respaldo para safra 2018 e será aproveitada na sua totalidade segundo as regras da portaria do SCS (é possível compor até 25% do respaldo do ano com créditos do ano anterior).
- O custo do SCS da safra 2017 foi de **R\$ 14,9/m³**. Esse custo está menor R\$ 12,5/m³, em relação ao custo equivalente com soja no Sul (R\$ 27,4/m³).

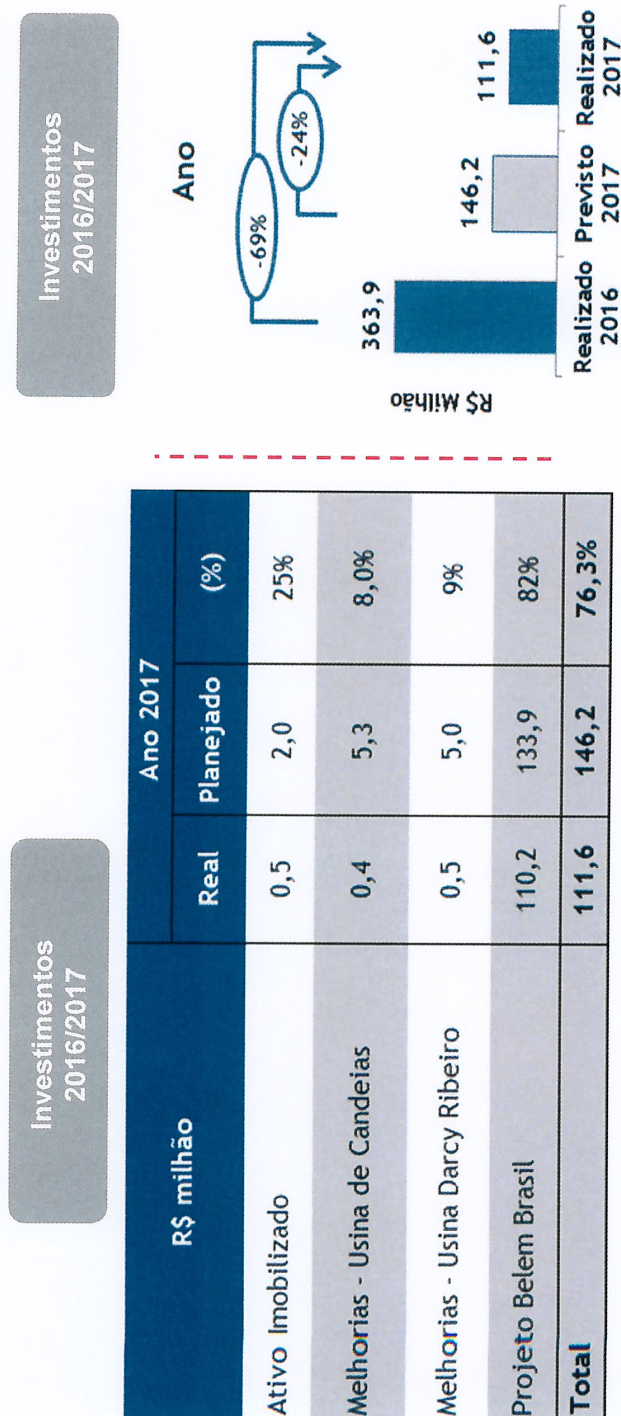
6

NP-3

Realização dos Investimentos: R\$ 111,6 milhões no ano 2017



O Índice de Realização no ano 2017 foi de 76,3% frente ao previsto.

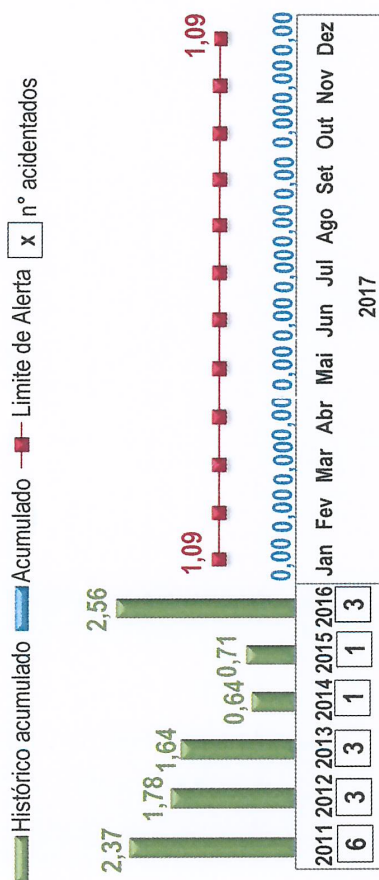


Real x PAN

- **Ativo Imobilizado** – menor realização de R\$ 1,5 MM, tendo em vista a priorização de demandas das aquisições de mobiliários e equipamentos necessários à manutenção adequada das unidades e infraestrutura da sede;
- **Usina de Candeias e Usina de Montes Claros** – menor realização de R\$ 9,4 MM, visto que foram realizados somente os investimentos para manutenção e adequação da infraestrutura das Unidades.
- **Projeto Belém Brasil** – no período foram aportados R\$ 110,2 MM, montante inferior ao previsto em R\$ 23,7 MM, em razão da menor necessidade de aportes dos sócios.

Indicadores de SMS

TFCA - Taxa de Frequência de acidentados com afastamento



TFCA: número de acidentados com afastamento em 1 milhão de horas-homem de exposição ao risco no período considerado.

Observação 1: No gráfico acima não foram considerados os acidentes ocorridos na UAP, extinta em 2012.

VAZO - Vazamento de derivados de petróleo (óleo diesel e BPF)

VAZB – Vazamento de biodiesel e matérias-primas (biodiesel, óleo vegetal, sebo bovino e óleos e gorduras residuais (OGR)

VAZQ – Vazamento de produtos químicos (álcoois, metilato de sódio, ácido clorídrico, ácido fosfórico, ácido fósfórico, soda cáustica, glicerina e efluentes industriais)

Em dezembro, não foram registradas ocorrências de vazamentos.

VAZO, VAZB e VAZQ acumulados em 2017 são zero

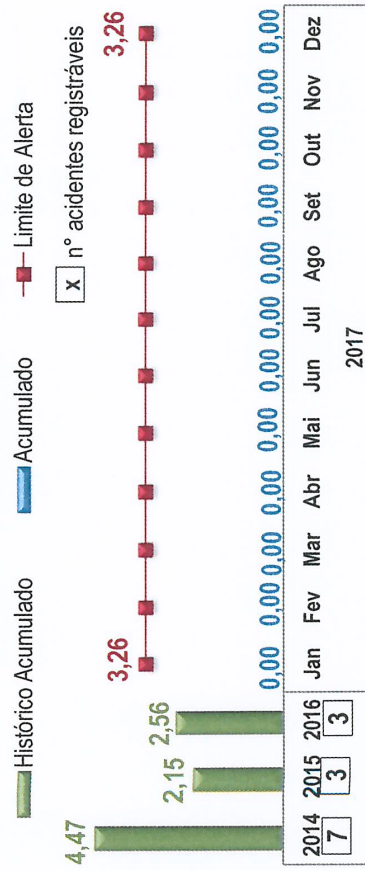
TAF - Taxa de acidentados fatais

Não houve fatalidade.



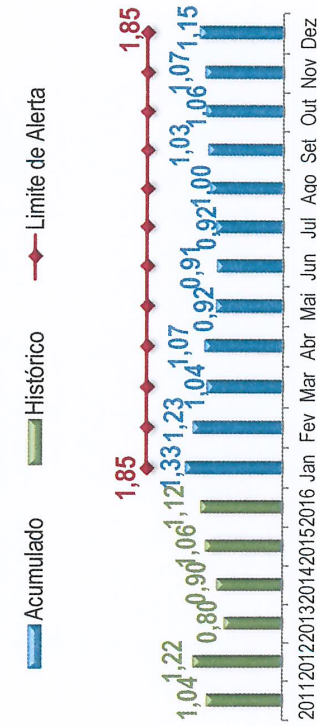
Indicadores de SMS

TAR - Taxa de Acidentados Registráveis



TAR: número de acidentados registráveis classe 2, 3 e 4 por 1 milhão de horas-homem de exposição ao risco no período considerado.

PTP - Percentual de Tempo Perdido acumulado



PTP: razão entre as horas não trabalhadas por doença ou acidente e horas planejadas para o período.

Balço Patrimonial

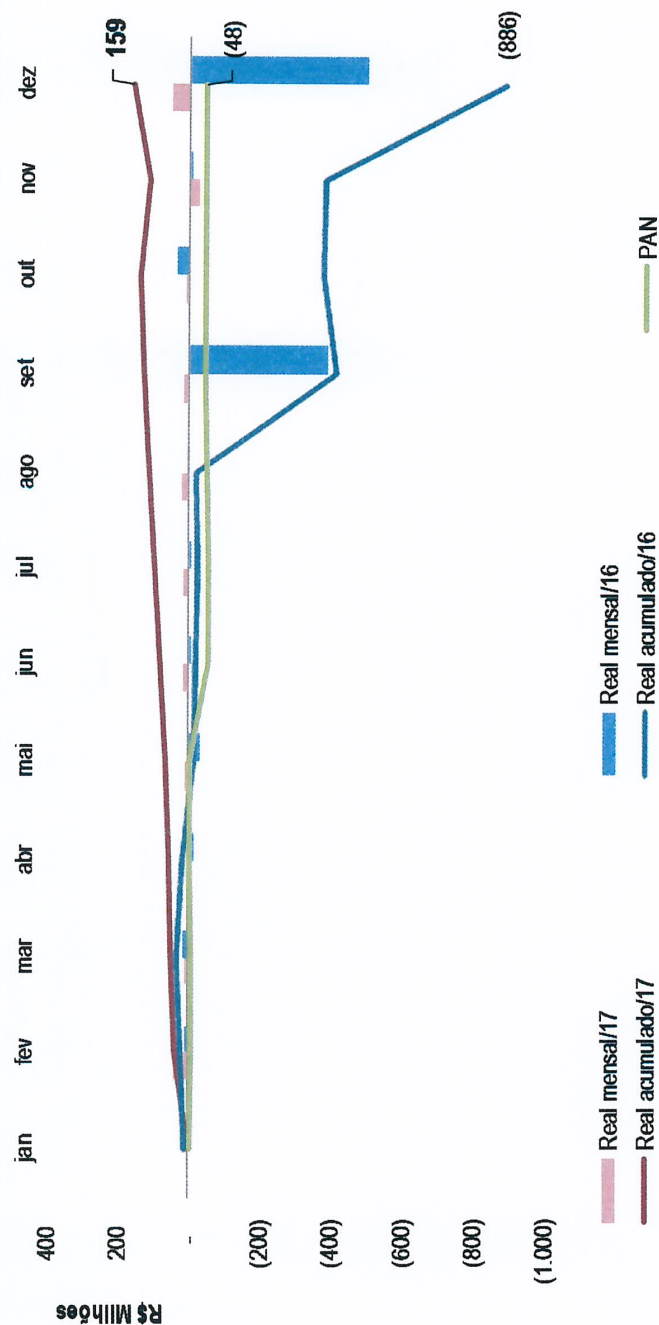
Valores em R\$ milhões

| Ativo | 2017 | 2016 | Passivo e Patrim. Líq. | 2017 | 2016 |
|---------------------------|--------------|--------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| Circulante | 1.351 | 1.357 | Circulante | 67 | 160 |
| Ativo fin. disp. p/ venda | 463 | 0 | Não Circulante | 11 | 9 |
| Ativos mantidos p/ venda | 0 | 1.126 | Patrimônio Líquido | 1.490 | 1.347 |
| Outros | 888 | 231 | Capital Social | 4.378 | 4.340 |
| Não Circulante | 217 | 159 | Ajuste de Aval. Patrim. | 11 | 66 |
| Investimentos | 108 | 43 | Contrib. Ad. Capital | -18 | -18 |
| Imobilizado | 98 | 105 | Prejuízos Acumulados | -2.882 | -3.041 |
| Outros | 11 | 12 | Total Passivo e PL | 1.568 | 1.516 |
| Ativo Total | 1.568 | 1.516 | | | |

Destaques:

- A. Circulante: 24 milhões de ações da STMO 3 no valor de R\$ 463 milhões; R\$ 663 milhões aplicados no FIDC referente alienação Guarani.
- Investimentos: R\$ 108 milhões referem-se a BSBios;
- Imobilizado: Usinas de Biodiesel, cuja parcela PBIO igual a R\$ 98 milhões;
- Prejuízo fiscal no montante de R\$ 2.211,5, sem a constituição de IR/CS diferidos por conta da falta de expectativa de recuperação.

Resultado Petrobras Biocombustível 2017



Principais variações entre PAN e Realizado:

Guarani e Nova Fronteira: Ganhos não recorrentes em fevereiro devido a ajustes dos processos de alienação (R\$ 47,7 milhões);

Resultado Financeiro: Aplicação dos recursos da alienação da Guarani (+ R\$ 57 milhões), dividendos recebidos da São Martinho (+ R\$ 6,7 milhões), aumento de R\$ 32 milhões no REPETRO (R\$ 190 milhões PAN x R\$ 222 milhões realizado);

BBB: Redução dos aportes em R\$ 24 milhões (R\$ 134 milhões PAN x R\$ 110 milhões realizado);

BsBios: Reversão da provisão para *impairment* feita em 2016, no valor de + R\$ 46,4 milhões;

Usinas Próprias: Provisão para *impairment* no valor de R\$ 7,7 milhões (R\$ 4,9 milhões em Candeias e R\$ 2,8 milhões em Montes Claros).

ANEXO À CARTA PBI0-PRES 006/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Anexo 7
Relatório de Acompanhamento
de Gastos - Plano Anual de
Negócios - Plano Anual de
Negócios - exercício de 2017



Relatório de Acompanhamento dos Gastos Operacionais Gerenciáveis

Petrobras Biocombustível

Período: Dezembro de 2017

PBIO/PRES/PD/GOI

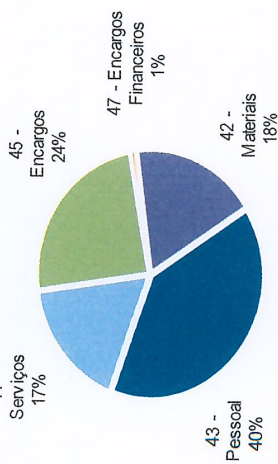
NP-3

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Consolidado



44 - Consolidado - Realizado



| Grupo de Gasto | R\$ Milhão | | | |
|---------------------------|---------------|---------------|------------|---------------|
| | Real 2017 | PAN | Var (%) | Real 2016 |
| 42 - Materiais | 33,89 | 33,37 | 2% | 45,26 |
| 43 - Pessoal | 74,83 | 82,16 | -9% | 87,79 |
| 44 - Serviços | 32,39 | 35,54 | -9% | 45,33 |
| 45 - Encargos | 45,85 | 38,60 | 19% | 51,94 |
| 47 - Encargos Financeiros | 1,44 | 4,87 | -71% | 5,58 |
| Total Geral | 188,39 | 194,55 | -3% | 235,89 |

Materiais: maiores gastos em função de:

- a) Combustíveis, especialmente BPF na UBMC (R\$ 2,081 milhões) em função do aumento do preço unitário;
- b) Insumos químicos na UBC, especialmente gás natural e terra de diatomácea (+R\$ 2,7 milhões) em função do aumento dos consumos relativos médios.

Menores gastos com metilato, visto que a partir de outubro estes gastos foram alocados no grupo 41 (vide nota técnica da DBIO/GP.01/2018), totalizando menores gastos no grupo 42 no valor de R\$ 2,9 milhões.

Destaca-se que a produção acumulada e consolidada das Usinas está 20% acima da previsão orçamentária.

Pessoal: menores gastos na maioria das áreas, exceto GP, UBMC, UBC, Financeiro, SERV e Recursos Humanos.

Serviços: menor realização em função de:

- a) Serviços profissionais devido à estorno das provisões de 2016 em 2017 e otimizações dos contratos de apoio administrativo (-R\$ 3,8 milhões);
- b) ASTEC (-R\$ 663 mil) e menores gastos nas demais classes totalizando -R\$ 1,58 milhão;

Maiores gastos com fretes (+R\$ 2 milhões), auditoria externa e segurança e vigilância na UBQ (+R\$ 794,5 mil).

Encargos: maior realização em função de:

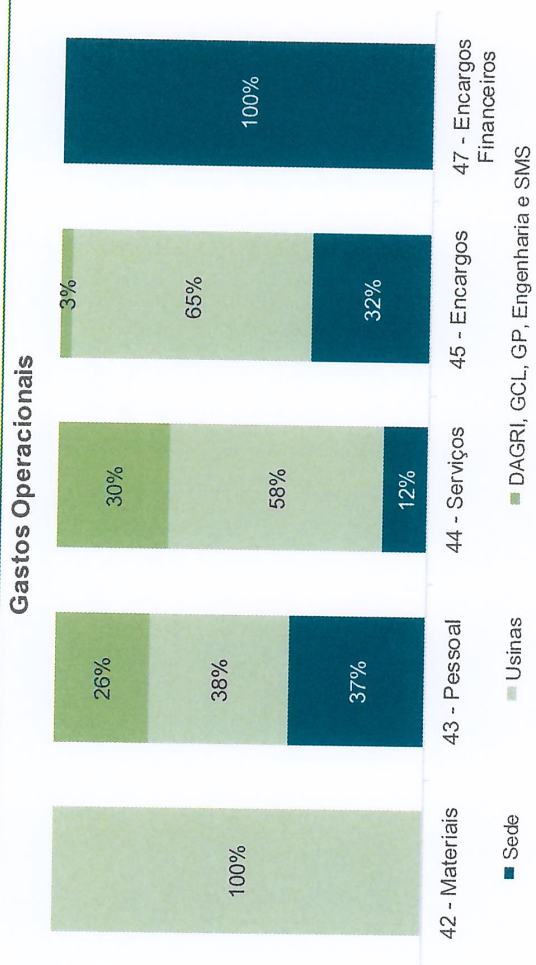
- a) Arrendamento mercantil em +R\$ 5,4 milhões devido à ausência de previsão orçamentária em Quixadá (usina seria devolvida à Petrobras em abril/17);
- b) CCCD (quitação de nota de débito de períodos anteriores, no valor de R\$ 1 milhão;
- c) Encargos gerais: repasse dos gastos de apoio administrativo de 2016 e pagamento da garantia à São Martinho (+R\$ 1,94 milhão);

Encargos financeiros: menores pagamentos de juros do FIDC, devido à maior disponibilidade de caixa em 2017.

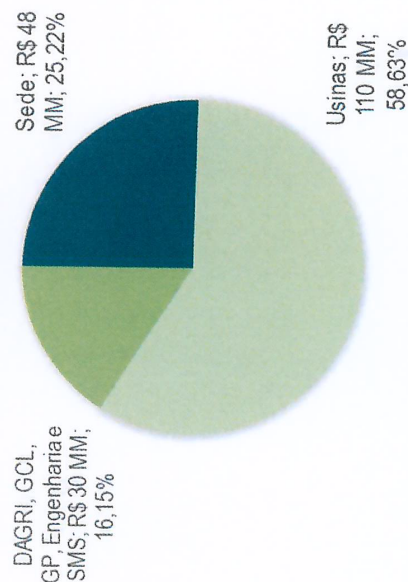
Observação: os gastos com grupo 45 ainda podem sofrer alterações até fevereiro, em função do fechamento contábil.

Gastos Operacionais - Consolidado

Sede x Usina x Apoio Operacional*



Gastos Operacionais - Total

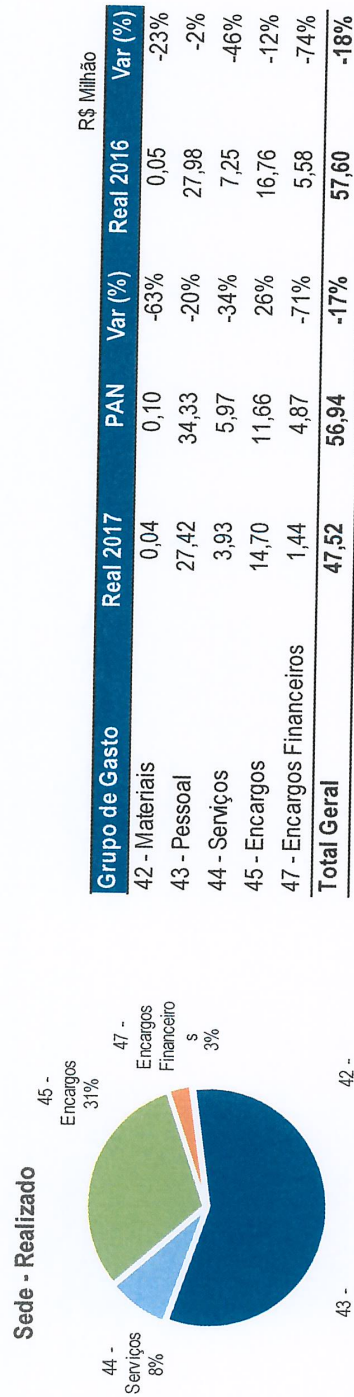


A partir de julho, foram segregados gerencialmente as áreas consideradas como apoio operacional às Usinas neste relatório: DAGRI, GCL, Engenharia e SMS

NP-3

Gastos Operacionais - Acumulado 2017

Sede* (Presidência, DETN, DAF, Diretor de Biodiesel, Participações e Coligadas)



Pessoal: menores gastos na Diretoria Financeira (-R\$ 2,4 milhões), Presidência (-R\$ 1,9 milhão), Diretoria de Biodiesel (-R\$ 1,2 milhão), Jurídico (-R\$ 1,4 milhão), Desempenho (-R\$ 805 mil), DETN, Participações e SEGE (-R\$ 487 mil). Maiores gastos na Gerência Financeira (+R\$ 968 mil), Gerência de Recursos Humanos e Gerência de Serviços (+R\$ 868 mil).

Serviços: menor realização na classe de serviços profissionais (apoio administrativo) em função dos estornos das provisões de 2016 em 2017 e da otimização dos gastos (-R\$ 1,9 milhão).

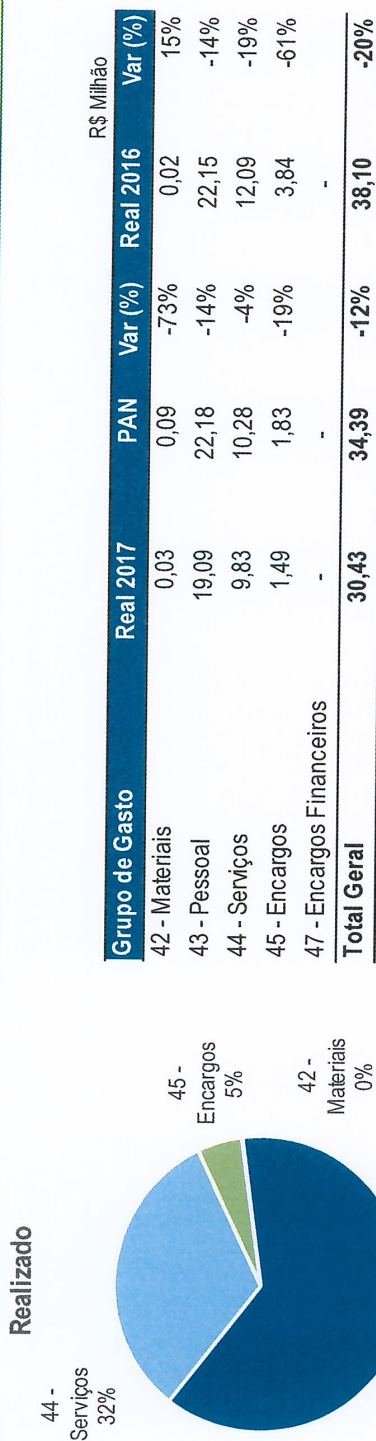
Encargos: maiores gastos com CCCD (+R\$ 1 milhão) devido a quitação de nota de débito de gastos com a TIC, referente ao período de jan/2013 à dezembro/2015; maior realização na classe de encargos gerais devido ao repasse dos serviços profissionais e pagamento de garantias à São Martinho sem previsão orçamentária (+R\$ 2 milhões).

Encargos Financeiros: menores pagamentos de juros do FIDC, devido à maior disponibilidade de caixa em 2017.

*A partir de julho, foram segregados gerencialmente as áreas consideradas como suporte operacional às Usinas neste relatório. Expurgados os gastos com Engenharia, SMS, DAGRI, GCL e GP dos gastos de sede.

Gastos Operacionais - Acumulado 2017

Apoio Operacional (DAGRI, GCL, GP, Engenharia e SMS)*



Pessoal: maior realização na Gerência Geral de Produção (+R\$ 1 milhão) compensados pela menor realização na Engenharia e Suporte Técnico (-R\$ 2 milhões), SMS (-R\$ 756 mil), GCL (-R\$ 859 mil) e DAGRI (-R\$ 836 mil).

Serviços: menor realização na classe dos serviços profissionais em função do estorno de provisão e otimização do contrato de apoio administrativo (-R\$ 1,5 milhão), menor pagamento de ASTEC(-R\$ 591mil) e maiores gastos com fretes da GCL (+R\$ 1,85milhão).

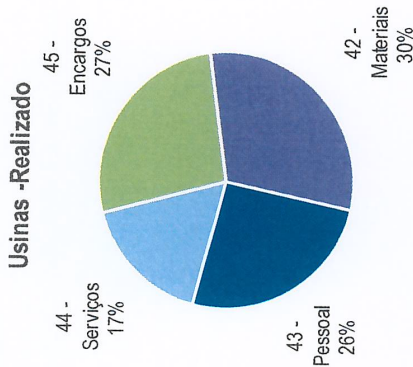
*A partir de julho, foram segregados gerencialmente as áreas consideradas como apoio operacional às Usinas neste relatório.

PBIO/PRES/PD/GOI

NP-3

Gastos Operacionais - Acumulado 2017

Usinas



| Grupo de Gasto | Real 2017 | PAN | Var (%) | Real 2016 | Var (%) |
|---------------------------|---------------|---------------|-----------|---------------|-------------|
| 42 - Materiais | 33,83 | 33,18 | 2% | 45,19 | -25% |
| 43 - Pessoal | 28,32 | 25,64 | 10% | 37,66 | -25% |
| 44 - Serviços | 18,64 | 19,29 | -3% | 25,99 | -28% |
| 45 - Encargos | 29,66 | 25,11 | 18% | 31,34 | -5% |
| 47 - Encargos Financeiros | - | - | - | - | - |
| Total Geral | 110,45 | 103,23 | 7% | 140,18 | -21% |

Materiais: maiores gastos com gás natural na UBC (+R\$ 1,8 milhão) e maiores gastos com demais insumos somando R\$ 444 mil. Maiores gastos com BPF na UBMC (+R\$ 2,3 milhões). A partir de outubro, os gastos com catalisadores começaram a ser apropriados no grupo 41, com impacto de - R\$ 2,96 milhões. Devoluções de materiais realizadas no grupo 42 impactando o GOG em - R\$ 1,5 milhão.

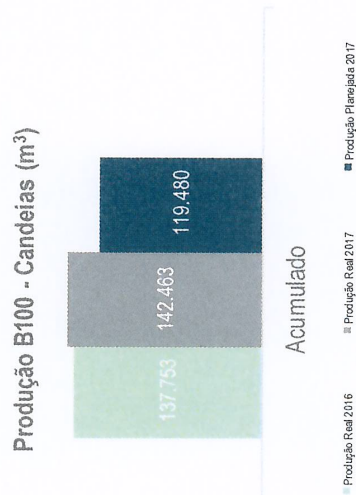
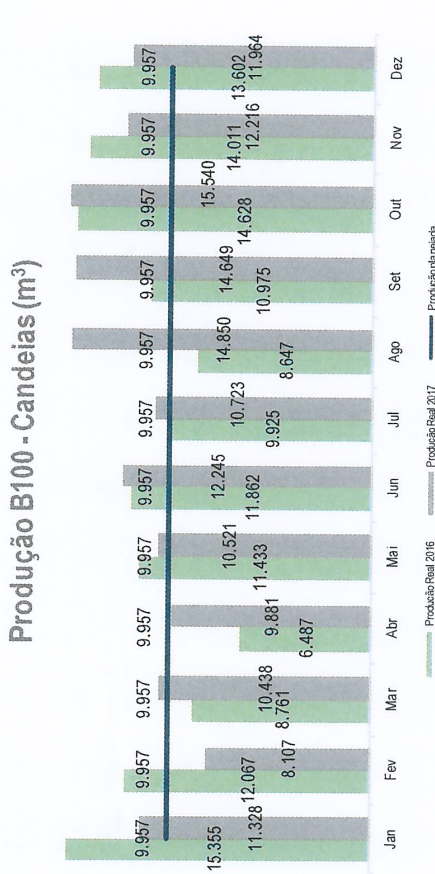
Pessoal: maiores gastos na UBC (+R\$ 2 milhões) e UBMC (+R\$ 1,3 milhões), em função do transferência dos empregados da UBQ.

Serviços: Menores gastos consolidados nas classes de conservação de equipamentos, conservação de imóveis, serviços médicos e serviços gerais (-R\$ 844 mil). Maiores gastos com segurança e vigilância na UBQ (+R\$ 524 mil).

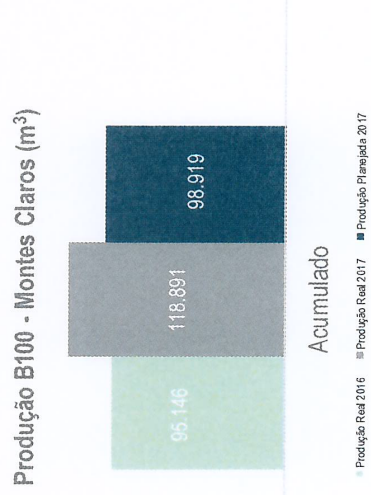
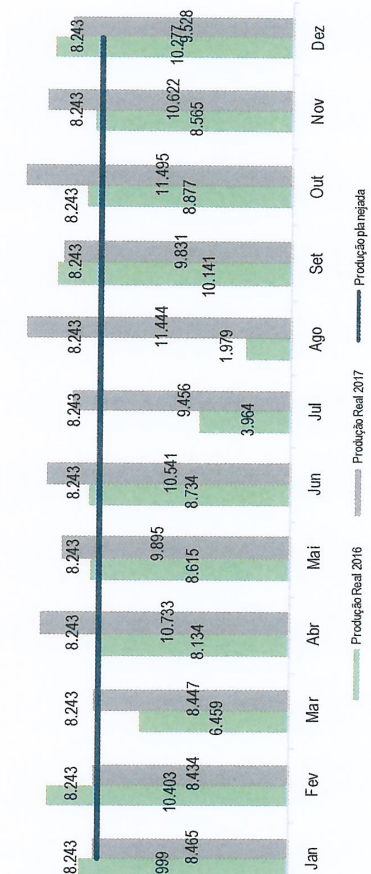
Encargos: maiores gastos com arrendamento mercantil na UBQ (+R\$ 5,3 milhões), demais encargos: água e esgoto, aluguéis e afretamentos, viagens e serviços de telecomunicações (+R\$ 459 mil).

Destaca-se que o PAN de gastos da UBQ foi planejado até Abril de 2017, não havendo previsão orçamentária para os gastos a partir de maio. Os gastos com arrendamento mercantil da UBQ não foram ressarcidos pela Petrobras no ano de 2017. Os gastos com a hibernação da Usina somam um montante de R\$ 6,71 milhões, sendo R\$ 4,98 milhões de arrendamento mercantil.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017 Produção de Biodiesel

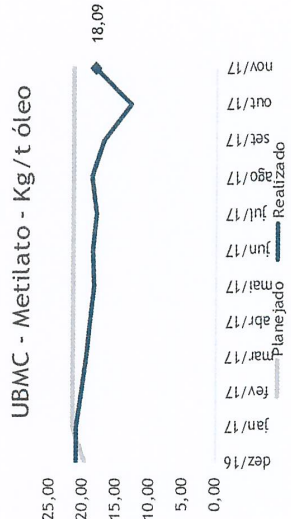
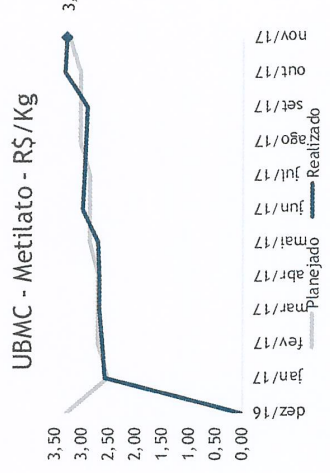
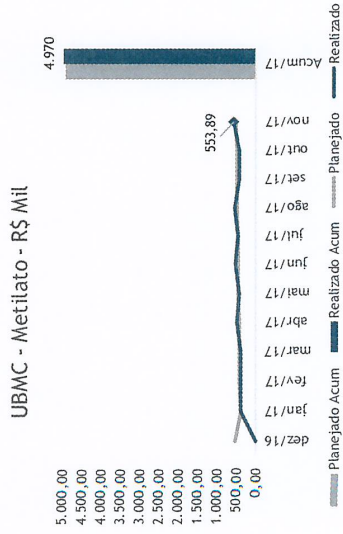
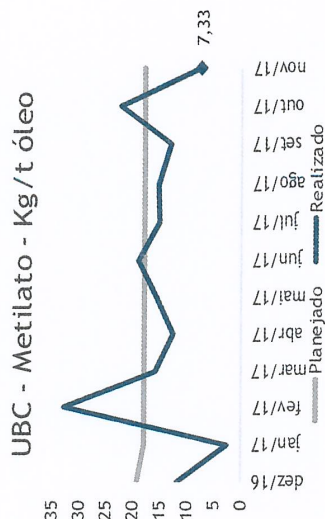
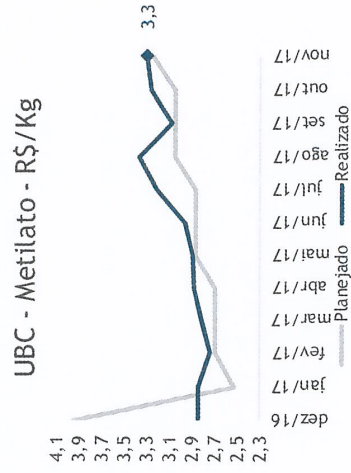
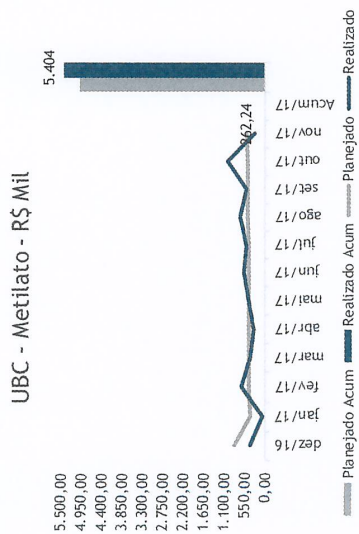


Produção B100 - Montes Claros (m³)



PBIO/PRES/PD/GOI

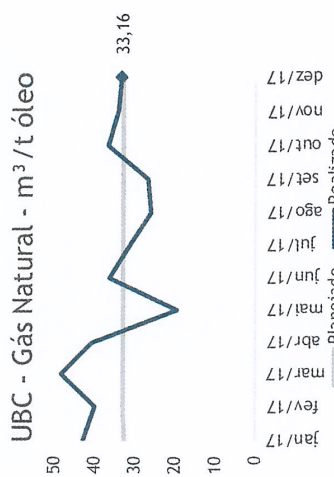
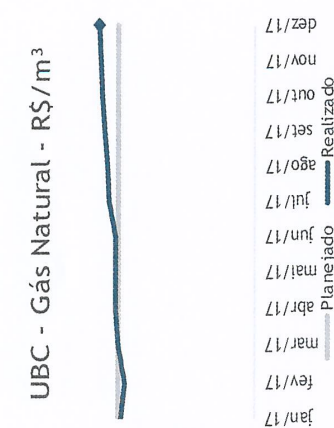
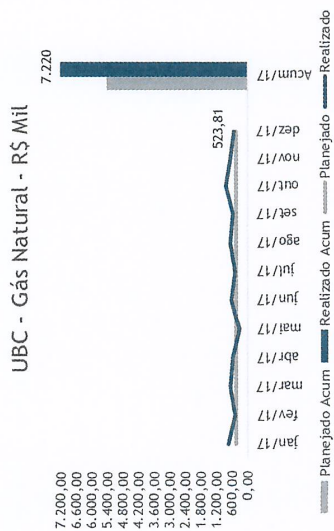
Gastos Operacionais – Acumulado 2017 Consumos relativos Grupo 42 – Materiais



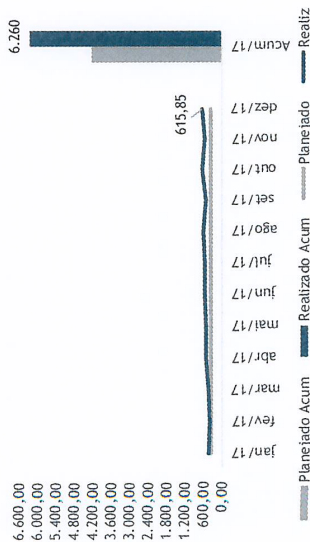
A partir do mês de outubro, os gastos com Metilato foram apropriados no grupo 41, não sendo considerado GOG. Para fins de análise do consumo, os gráficos estão agrupando os gastos dos grupos 41 e 42.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

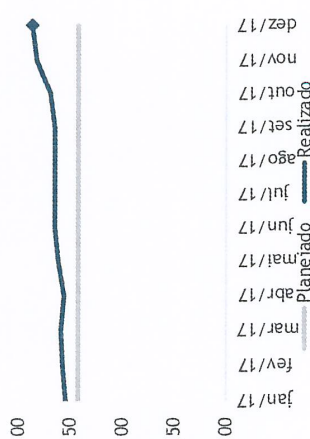
Consumos relativos Grupo 42 – Materiais



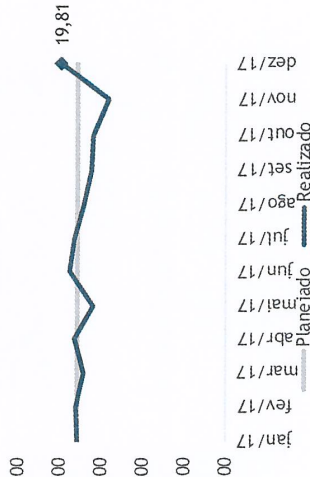
UBMC - Óleo BPF - R\$ Mil



UBMC - Óleo BPF - R\$/L

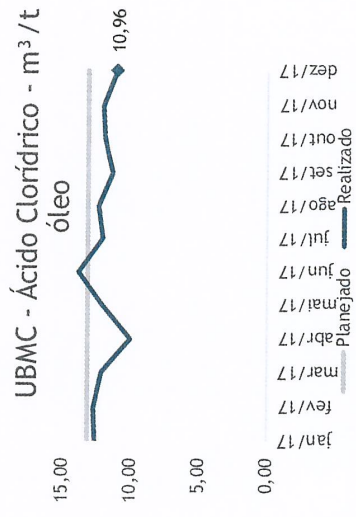
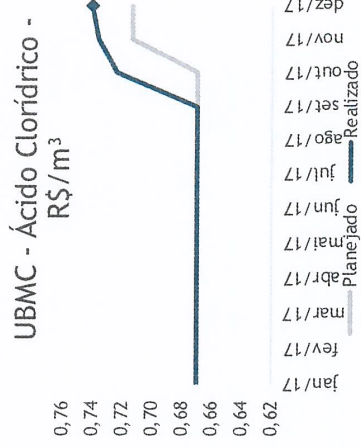
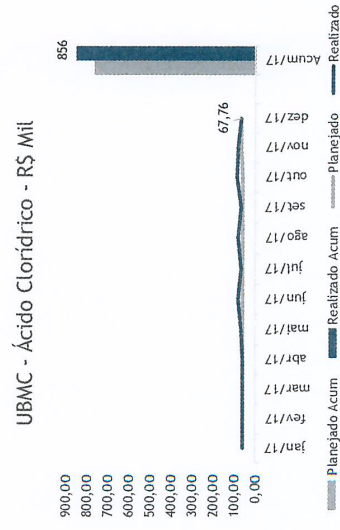
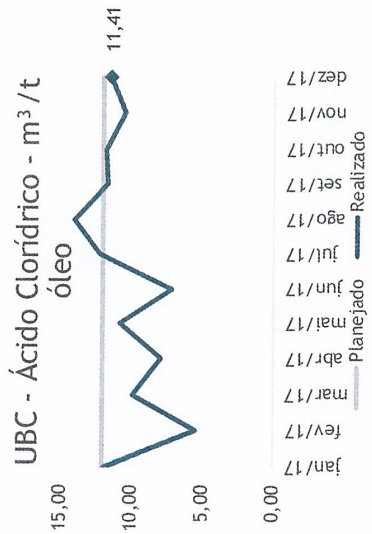
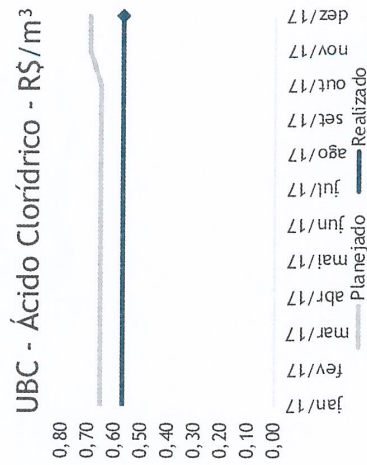
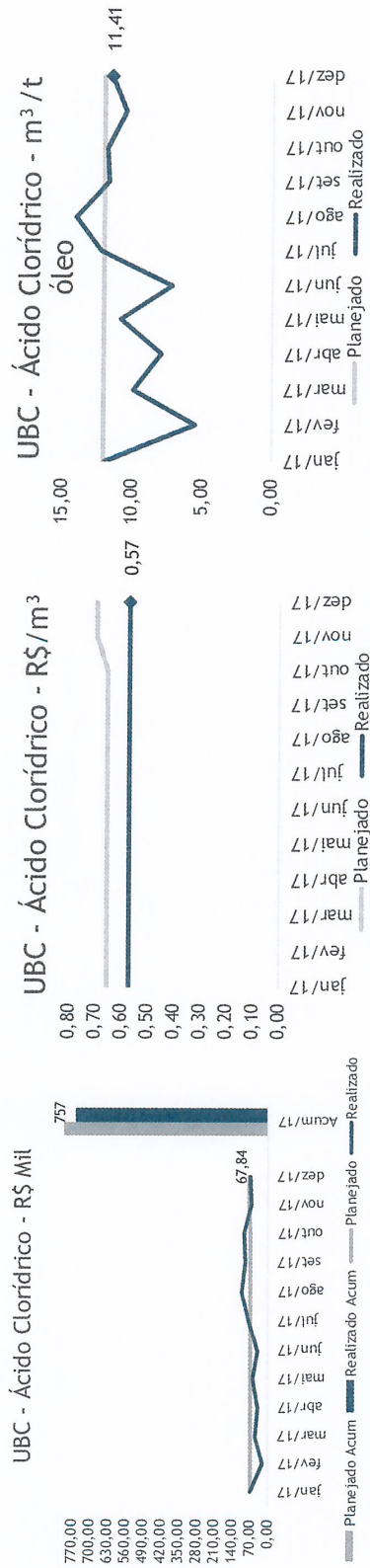


UBMC - Óleo BPF - L/t óleo



Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Consumos relativos Grupo 42 – Materiais



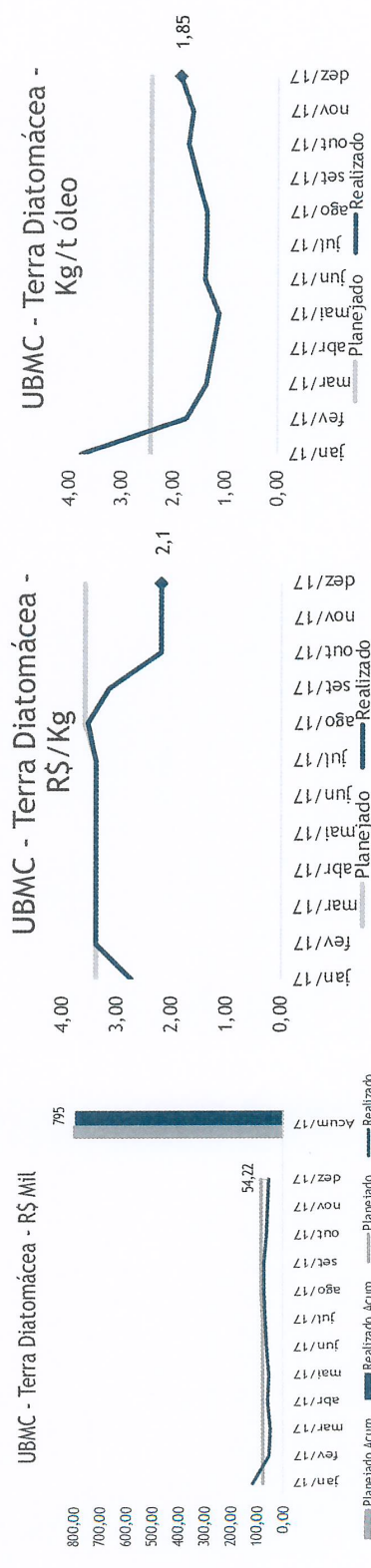
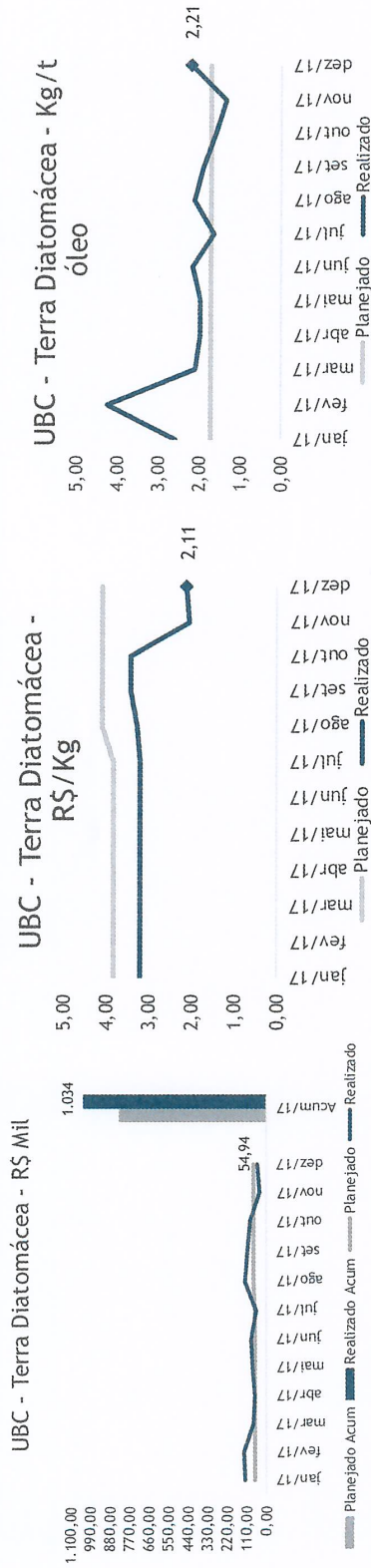
Os gastos do mês de dezembro referentes à classe de outros insumos químicos da UBMC foram apropriados em janeiro de 2018 (R\$ 105,6 mil). Para análise do consumo, os gastos foram apropriados nos gráficos em dezembro.

NP-3

PBIO/PRES/PD/GOI

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Consumos relativos Grupo 42 – Materiais



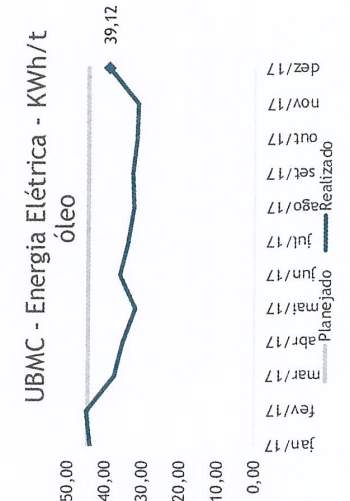
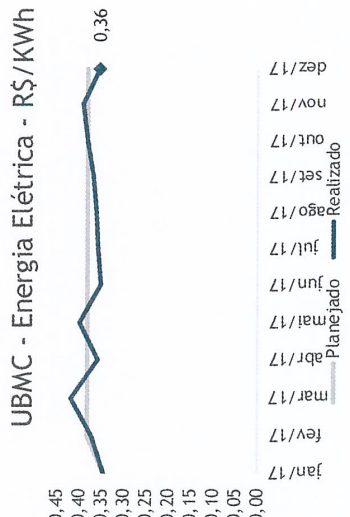
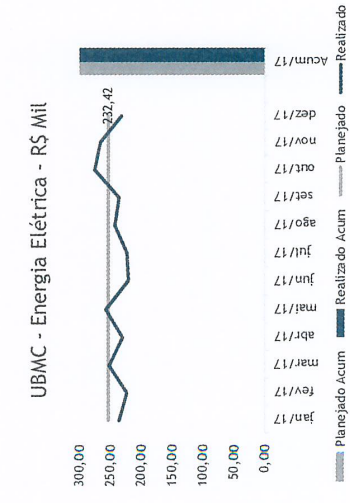
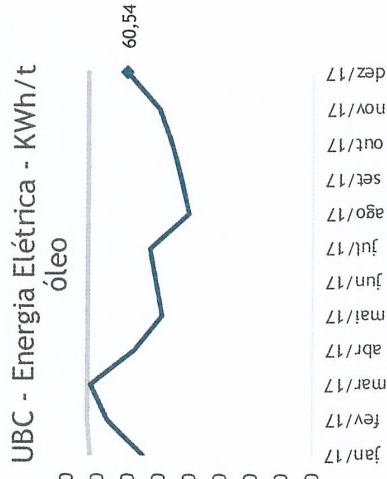
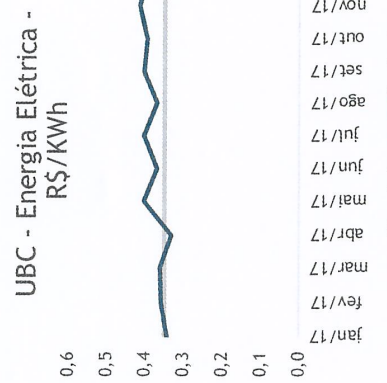
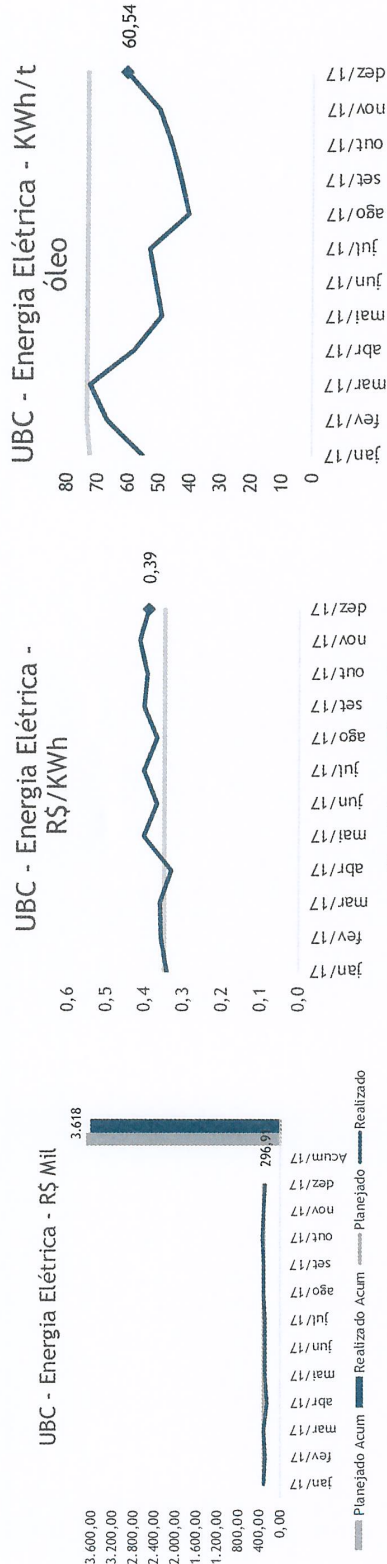
Os gastos do mês de dezembro referentes à classe de outros insumos químicos da UBMC foram apropriados em janeiro de 2018 (R\$ 105,6 mil). Para análise do consumo, os gastos foram apropriados nos gráficos em dezembro.



PBIO/PRES/PD/GOI

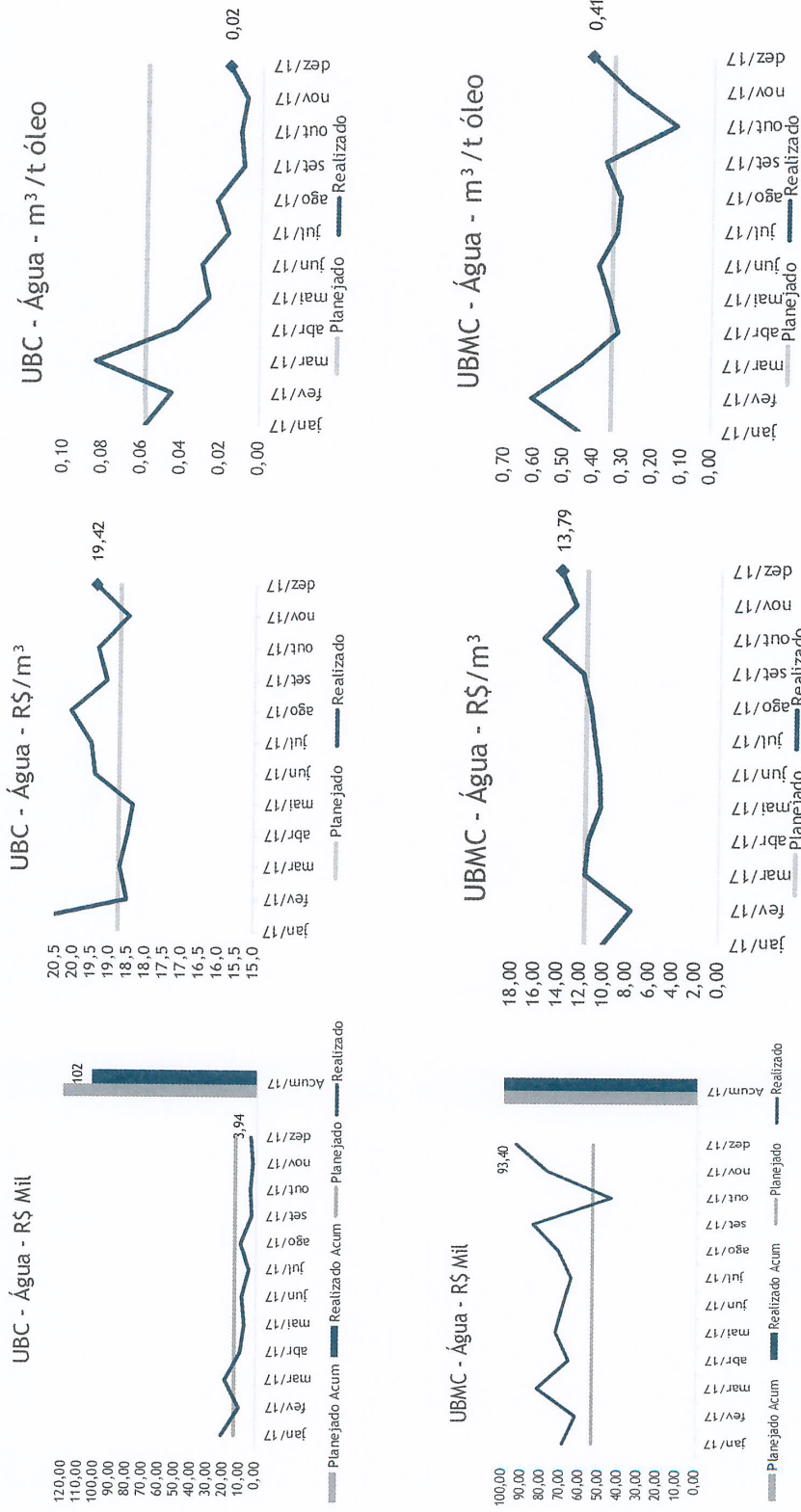
Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Consumos relativos Grupo 45 – Encargos



Gastos Operacionais – Acumulado 2017

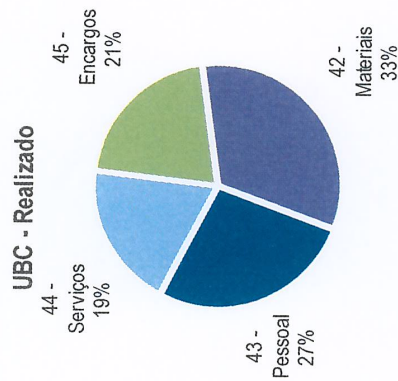
Consumos relativos Grupo 45 – Encargos



Para o cálculo do consumo relativo de água na UBC, não foi considerada a água bruta fornecida pela RLAM, visto que este gasto não é repassado para a UBC.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Usina de Biodiesel de Candeias



| Grupo de Gasto | R\$ Milhão | | | |
|---------------------------|--------------|--------------|-----------|--------------|
| | Real 2017 | PAN | Var (%) | Real 2016 |
| 42 - Materiais | 18,12 | 17,20 | 5% | 19,49 |
| 43 - Pessoal | 14,76 | 12,70 | 16% | 14,68 |
| 44 - Serviços | 10,63 | 11,58 | -8% | 12,51 |
| 45 - Encargos | 11,49 | 11,94 | -4% | 10,92 |
| 47 - Encargos Financeiros | - | - | - | - |
| Total Geral | 55,00 | 53,43 | 3% | 57,59 |

Materiais: maiores gastos com gás natural, terra de diatomácea e demais insumos, que apresentaram consumos médios relativos por tonelada de óleo processado acima dos valores previstos (+R\$ 2,7 milhões). A partir de outubro os gastos com catalisadores começaram a ser apropriados na classe 41, com impacto em -R\$ 1,6 milhão. A produção acumulada foi 19% acima da previsão orçamentária.

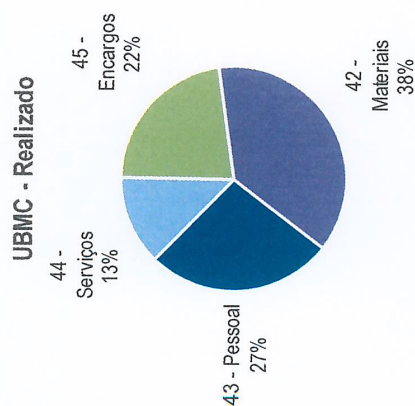
Pessoal: maior realização nos centros de custos da Gerência da Unidade, Produção e Manutenção. Parte da maior realização foi impulsionada pela transferência dos empregados de Quixadá para a UBC.

Serviços: menores gastos com tratamento externo de efluentes e apoio operacional (-R\$ 481 mil), conservação de imóveis (-R\$ 449 mil), apoio administrativo e serviços de saúde ocupacional (-R\$ 566 mil).

Encargos: menor realização em função do estorno das provisões do repasse dos gastos dos serviços de apoio administrativo de 2016, menores gastos com água e esgoto (utilização da água bruta da RLAM) e ausência de pagamento do seguro de incêndio da planta, totalizando menores gastos no valor de R\$ 664 mil.

Gastos Operacionais – Acumulado 2017

Usina de Biodiesel de Montes Claros



| Grupo de Gasto | Real 2017 | PAN | Var (%) | Real 2016 | Var (%) |
|---------------------------|--------------|--------------|-----------|--------------|-----------|
| 42 - Materiais | 16,65 | 15,86 | 5% | 14,04 | 19% |
| 43 - Pessoal | 11,85 | 10,53 | 12% | 11,13 | 6% |
| 44 - Serviços | 5,74 | 6,80 | -16% | 6,78 | -15% |
| 45 - Encargos | 9,97 | 10,50 | -5% | 10,04 | -1% |
| 47 - Encargos Financeiros | - | - | - | - | - |
| Total Geral | 44,21 | 43,69 | 1% | 41,99 | 5% |

Materiais: maiores gastos com combustíveis aumento do preço unitário em relação ao planejado para o BPF e aumento do consumo relativo do diesel (+R\$ 2,3 milhões). A partir de outubro, os gastos com metilato começaram a ser apropriados no grupo 41, não sendo considerado GOG, com menores alocações nesta classe no valor de R\$ 1,3 milhão. A produção acumulada foi 20% acima da previsão orçamentária.

Pessoal: maiores gastos com pessoal nos centros de custos da Gerência da Unidade, Produção e Laboratório, impulsionado pela transferência dos empregados da UBQ para a UBMC.

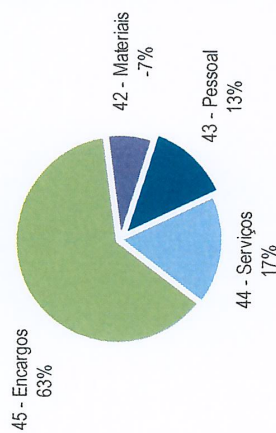
Serviços: menores gastos em função da otimização do contrato de manutenção industrial (-R\$ 697), transporte operacional e de pessoal e análise externa de amostras (-R\$ 310 mil).

Encargos: menor realização em função do estorno das provisões de energia elétrica de 2016 em 2017 e pequenas otimizações de consumo (-R\$ 779) e ausência de apropriação do seguro de incêndio da planta (-R\$ 127 mil).

Gastos Operacionais – Acumulado 2017 Usina de Biodiesel de Quixadá



UBQ - Realizado



| Grupo de Gasto | Real 2017 | PAN | Var (%) | Real 2016 | Var (%) |
|---------------------------|--------------|-------------|------------|--------------|-------------|
| 42 - Materiais | (0,94) | 0,12 | -886% | 11,65 | -108% |
| 43 - Pessoal | 1,72 | 2,41 | -29% | 11,89 | -86% |
| 44 - Serviços | 2,26 | 0,91 | 149% | 6,71 | -66% |
| 45 - Encargos | 8,20 | 2,67 | 207% | 10,38 | -21% |
| 47 - Encargos Financeiros | - | - | - | - | - |
| Total Geral | 11,24 | 6,11 | 84% | 40,64 | -72% |

Materiais: realização negativa impulsionada pela devolução de mercadorias para estoque R\$ 1,5 milhão.

Pessoal: realização abaixo da previsão orçamentária em função da transferência dos empregados para a UBC e UBMC (-R\$ 690 mil).

Serviços: maiores gastos em relação à previsão orçamentária com segurança e vigilância (+R\$ 482 mil), manutenção industrial, apoio operacional e serviços de limpeza (+R\$ 683 mil). Gastos sem previsão orçamentária nas classes de transporte de pessoal, serviços médicos, outros serviços técnicos (análise de água), coleta e tratamento de resíduos (+R\$ 188 mil).

Encargos: maiores gastos com arrendamento mercantil (+R\$ 5,1 milhões), energia elétrica, viagens, serviços de telecomunicações, água e esgoto, e locações de veículos (+R\$ 423 mil).

Destaca-se que o PAN de gastos da UBQ foi planejado até abril de 2017, não havendo previsão orçamentária para os gastos a partir de maio. Adicionalmente, os gastos com a hibernação da usina, foram de responsabilidade da PBIO, não sendo ressarcidos pela Petrobras, como inicialmente previsto.

ANEXO À CARTA PBO-PRES 006/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Anexo 8
Extrato Parcial de Ata CA
07032018 correspondente á
aprovação do Plano Anual de
Negócios - exercício de 2018



CNPJ/MF nº 10.144.628/0001-14

NIRE 33.3.0028725-6

EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A., em reunião ordinária convocada nos termos do seu Estatuto Social e levada a efeito em 07/03/2018, sob a presidência do Conselheiro Jorge Celestino Ramos, com a participação dos Conselheiros Carlos Felipe Guimarães Lodi, Luiz Fernando Marinho Nunes e Ricardo Greenhalgh Barreto Neto. O Conselheiro Marcelo Fernandes Bragança, conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, participou da reunião por meio eletrônico. Como convidados participaram integralmente da reunião o Diretor Administrativo e Financeiro Lair Jesus Pereira de Oliveira e a Coordenadora de Relações Institucionais, Juliana Prudêncio Barbosa. Participaram parcialmente da reunião a Gerente de Planejamento e Desempenho Empresarial Alessandra Plaga e o Gerente do Jurídico, Eduardo Lopes Cavalcanti. A reunião foi secretariada pelo Secretário-Geral da Companhia, Fabio Marques Aragão da Silva, e deliberou (Ata CA nº 90, item 2, pauta 219), sobre o seguinte assunto, a seguir transcrito integralmente: "**PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS 2018 - PAN – 2018**: Por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, o Conselheiro Ricardo Greenhalgh Barreto Neto com apoio do Diretor Administrativo e Financeiro, Lair Jesus Pereira de Oliveira e a Gerente de Planejamento e Desempenho Empresarial da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A., Alessandra Plaga, apresentaram ao Colegiado matéria deliberada pela Diretoria Executiva e registrada na Ata DE nº 506, de 30/01/2018, Item 6, Pauta 3002, formulando proposição a respeito. **DECISÃO**: O Conselho de Administração, nos termos do Resumo Executivo relativo à matéria em pauta, (i) aprovou a proposta do Plano Anual de Negócios para o Exercício Social de 2018 da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A. " As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas nesse extrato,



por dizerem respeito a interesses meramente internos da Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante “caput” do Artigo 155 da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no parágrafo primeiro do Artigo 142 da citada Lei.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018.

Fábio Marques Aragão da Silva
Secretário Geral da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.

ANEXO À CARTA PBIO-PRES 006/2018 DE 20 DE JUNHO DE 2018

Anexo 9
Extrato Parcial de Ata
CA 07032018
correspondente à
aprovação do Plano
Estratégico e Plano de
Negócios e Gestão -
período 2018 -2022



CNPJ/MF nº 10.144.628/0001-14

NIRE 33.3.0028725-6

EXTRATO DE ATA

Certifico, para os devidos fins, que o Conselho de Administração da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., em reunião ordinária convocada nos termos do seu Estatuto Social e levada a efeito em 07/03/2018, sob a presidência do Conselheiro Jorge Celestino Ramos, com a participação dos Conselheiros Carlos Felipe Guimarães Lodi, Luiz Fernando Marinho Nunes e Ricardo Greenhalgh Barreto Neto. O Conselheiro Marcelo Fernandes Bragança, conforme faculta o parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, participou da reunião por meio eletrônico. Como convidados participaram integralmente da reunião o Diretor Administrativo e Financeiro Lair Jesus Pereira de Oliveira e a Coordenadora de Relações Institucionais, Juliana Prudêncio Barbosa. Participaram parcialmente da reunião a Gerente de Planejamento e Desempenho Empresarial Alessandra Plaga e o Gerente do Jurídico, Eduardo Lopes Cavalcanti. A reunião foi secretariada pelo Secretário-Geral da Companhia, Fabio Marques Aragão da Silva, e deliberou (Ata CA nº 90, item 2, pauta 218), sobre o seguinte assunto, a seguir transcrito integralmente: "**PLANO ESTRATÉGICO (PE) E PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO (PNG) 2018 – 2022**: Por solicitação do Presidente do Conselho de Administração, o Conselheiro Ricardo Greenhalgh Barreto Neto com apoio do Diretor Administrativo e Financeiro, Lair Jesus Pereira de Oliveira e da Gerente de Planejamento e Desempenho Empresarial da PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A., Alessandra Plaga, apresentaram ao Colegiado matéria deliberada pela Diretoria Executiva e registrada na Ata DE nº 506, de 30/01/2018, Item 6, Pauta 3002, formulando proposição a respeito. Na oportunidade foi esclarecido que se trata de tema previamente aprovado pela acionista controladora da Companhia e que é trazido à apreciação do Colegiado por força do artigo 24, inciso II do Estatuto Social da companhia que estabelece como competência do Conselho de Administração a aprovação dos planos plurianuais e programas anuais de dispêndios e de investimentos. **DECISÃO**: O Conselho de Administração, nos termos do Resumo



Executivo relativo à matéria em pauta, (i) aprovou com modificação a proposta do Plano Estratégico (PE), determinando que seja reapresentado os indicadores de desempenho para 2018, além da atualização do Plano de Negócios e Gestão (PNG) da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A. para o período 2018 – 2022, conforme Resumo Executivo.” As demais deliberações havidas nessa reunião foram omitidas nesse extrato, por dizerem respeito a interesses meramente internos da Sociedade, cautela legítima, amparada no dever de sigilo da Administração, consoante “caput” do Artigo 155 da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), situando-se, por conseguinte, fora da abrangência da norma contida no parágrafo primeiro do Artigo 142 da citada Lei.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018.

Fábio Marques Aragão da Silva
Secretário Geral da PETROBRAS BIOCMBUSTÍVEL S.A.

3



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2018, do Senador Eduardo Lopes, que *modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados.*



SF/19392.95890-10

Relator: Senador **ZEQUINHA MARINHO**

I – RELATÓRIO

Encontra-se nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 310, de 2018, de autoria do Senador Eduardo Lopes. Essa proposição, por meio da alteração do art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece que 10% (dez por cento) do preço pago das empresas que utilizem poste, duto, conduto ou servidão sejam entregues ao município onde ocorre a exploração.

O autor da proposição argumenta que a exploração de poste, duto, conduto ou servidão “gera recursos extras para as empresas do setor elétrico” que não estão relacionadas ao serviço público que lhes foi outorgado. Também pondera que as empresas responsáveis pela exploração “alugam seus postes e outros equipamentos, que se localizam em área pública, para fixação de cabos das empresas do setor de telecomunicações”. Ou seja, o espaço público, com bens de uso comum do povo, estaria sendo utilizado para gerar lucro para empresas privadas sem qualquer compensação para os municípios.

O PLS foi remetido a esta Comissão para decisão terminativa.

II – ANÁLISE

O art. 104 do RISF estabelece que compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) opinar sobre matérias pertinentes a: (i) transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes e (ii) outros assuntos correlatos. Como o PLS nº 310, de 2018, trata da exploração de poste, duto, conduto ou servidão, itens presentes em vários setores de infraestrutura, é inequívoca a competência desta Comissão para apreciar a proposição.

De início, ressalto que é louvável a preocupação do autor do PLS nº 310, de 2018, em disciplinar o que podemos chamar de receitas acessórias ou extraordinárias à concessão e em garantir que os municípios sejam, de alguma forma, compensados pela utilização de um espaço público. Entretanto, considero que não é possível avançarmos com a proposição por conflito com a nossa Constituição Federal.

Podemos constatar que a destinação aos municípios de parte do preço pago às empresas que exploram poste, duto, conduto ou servidão é, na verdade, um tributo, porquanto constitui uma obrigação *ex lege*, decorrente de lei, em moeda, o qual não se constitui em sanção por ato ilícito e que tem por sujeito ativo, credor, uma pessoa política e por sujeito passivo, o devedor, uma pessoa apontada na lei da entidade tributante, cobrada mediante atividade administrativa vinculada.

Trata-se, na linguagem jurídica, de uma exação, cuja criação, contudo, não é albergada pela Constituição Federal. Esse tributo não está nela previsto. Dessa conclusão, temos questões conflituosas, como abordaremos a seguir.

Como os recursos auferidos não têm forma de utilização definida, a exação tem a feição de imposto. Ocorre que o § 3º do art. 155 da Constituição Federal veda a criação de novos impostos sobre operações relativas a serviços de telecomunicações, energia elétrica, derivados de petróleo, combustíveis e minerais.

Como forma de contornar a vedação constitucional acima, poderia ser alegado que o PLS estaria criando uma taxa. Todavia, essa argumentação não se sustenta, visto que o fato gerador previsto no PL não é configurado por uma atuação estatal específica, referível ao contribuinte. Essa atuação deveria ser: o exercício regular do poder de polícia; ou a



SF/19392.95890-10

prestação ao contribuinte, ou colocação à disposição deste, de serviço público específico e divisível, nos termos previsto pelo art. 145, inciso II, da nossa Constituição, e pelo art. 77 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966). Entretanto, não é nada disso.

A exploração de poste, duto, conduto ou servidão não necessariamente se enquadra no conceito de serviço público, ainda que esteja associada a uma empresa prestadora de serviço público, como no caso da distribuição de energia elétrica. Ao nosso ver, no exemplo em questão, trata-se de um serviço particular, adjacente e secundário, mas não está na gênese da concessão dada ao prestador privado do serviço público de distribuição de energia elétrica. Dessa maneira, seria inviável criar uma taxa nos termos pretendidos justamente porque a exploração dos postes não é um serviço público, embora dela decorrente.

Mesmo que o tributo fosse previsto na Constituição Federal, igualmente faleceria competência à União para criá-lo, pois seus recursos destinam-se aos municípios. O tributo seria municipal, e deveria ser criado, individualmente, por cada uma das municipalidades, que são detentoras de competência tributária específica. Reafirmamos que, todavia, neste caso, inexistente competência para a criação de referido tributo. De fato, a competência para instituir tributos e impostos não previstos na Constituição é exclusiva da União. Estados, Municípios e o Distrito Federal só podem instituir tributos previstos constitucionalmente para eles.

No mérito, ao que tudo indica, o PL partiu da premissa de que a receita obtida com a exploração de poste, duto, conduto ou servidão é destinada integralmente às empresas do setor elétrico. Entretanto, no caso de serviços públicos, isso não pode ocorrer.

O art. 11 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, estabelece que o poder concedente poderá prever em favor da concessionária de serviços públicos a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade. Contudo, há uma condição: favorecer a modicidade das tarifas.

Dessa forma, de acordo com a Lei nº 8.987, de 1995, pelo menos uma parte das receitas com a exploração de poste, duto, conduto ou servidão, se realizada por uma prestadora de serviço público, deve ser destinada à modicidade da tarifa relacionada a esse serviço. A receita não pode ser, portanto, direcionada apenas à geração de lucro das empresas. Nesse



contexto, a aprovação do PLS poderia resultar em elevação de tarifas, ou seja, os consumidores pagariam uma tarifa maior para que os municípios tivessem um aumento de arrecadação.

Um exemplo ilustra o impacto potencial acima mencionado.

Conforme regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a receita das distribuidoras de energia elétrica obtida pelo uso de postes por empresas de telecomunicações é compartilhada com os seus consumidores. O valor pago às distribuidoras de energia elétrica pela utilização de postes é definido pela Resolução Conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014, da Aneel e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Segundo o Diretor Geral da Aneel, em nota divulgada pela Anatel em seu sítio eletrônico, a receita obtida pelas distribuidoras de energia elétrica com o compartilhamento de postes seria de R\$ 1,2 bilhão, dos quais R\$ 720 milhões (60%) são direcionados à modicidade tarifária, o que permitiria um alívio de 0,4% nas tarifas de energia elétrica e que pode chegar a 1,2% se “tudo estiver regularizado”. Destaco que essa divisão de receita está consubstanciada no Submódulo 2.7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária (PRORET), aprovado pela Resolução nº 819, de 19 de junho de 2018.

Nesse contexto, o PLS, ao destinar de 10% da receita da distribuidora de energia elétrica oriunda em pagamentos de empresas que utilizam seus postes, elevará a tarifa de energia elétrica. Tendo como referência os dados apresentados pelo Diretor-Geral da Aneel, a elevação seria de 0,04 ponto percentual (p.p.), podendo chegar a 0,12 p.p caso ocorra a regularização do uso de postes.

Ademais, a medida proposta pela proposição pode ser usada pelas distribuidoras de energia elétrica como desculpa para reduzir seus esforços no combate à ocupação irregular e na oferta de espaço nos postes para outros usos. Isso porque o PLS também reduz a parcela que caberia a essas empresas.

Portanto, no contexto apresentando, a fim de recompensar os municípios, o projeto poderia, mesmo sem pretender, penalizar os consumidores e os esforços de regularização na utilização de postes, dutos, condutos e servidões.



III – VOTO

Diante do exposto, voto pela rejeição do PLS nº 310, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

Senador Zequinha Marinho, Relator





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 310, DE 2018

Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados.

AUTORIA: Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ)

DESPACHO: À Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Modifica o art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que percentual do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescenta-se o seguinte § 2º ao art. 73 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, renomeando-se o parágrafo único para § 1º:

“**Art. 73.**

§ 1º

§ 2º Dez por cento do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão será entregue pela empresa que o receba para o Município em que aqueles estiverem localizados. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O compartilhamento de infraestrutura é a utilização de uma estrutura por várias entidades de forma simultânea. Prestadores de serviços de telecomunicações podem compartilhar vários tipos de infraestrutura com diversas entidades. A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, conhecida como Lei Geral de Telecomunicações, estabelece o compartilhamento de infraestrutura como obrigação e, também, como direito dos prestadores de

serviços de telecomunicações de interesse coletivo. Nesse sentido, o caput do art. 73 da Lei diz que tais players terão direito à utilização de postes, dutos, condutos e servidões pertencentes ou controlados por prestadora de serviços de telecomunicações ou de outros serviços de interesse público, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis.

O compartilhamento gera recursos extras para as empresas do setor elétrico. É uma fonte de receita extra, não derivada propriamente do serviço público que lhes foi outorgado. Estas empresas alugam seus postes e outros equipamentos, que se localizam em área pública, para fixação de cabos das empresas do setor de telecomunicações. Ou seja, o espaço público: ruas, praças e outros logradouros públicos, bens de uso comum do povo, são utilizados para gerar lucro para empresas privadas, sem que haja qualquer retorno ou compensação para os Municípios. É uma distorção inaceitável.

A alteração que propomos na Lei Geral de Telecomunicações determina que dez por cento do preço pago pela utilização de poste, duto, conduto ou servidão seja destinado ao Município em que eles estejam localizados. Nada mais justo do que remunerar a municipalidade pelo uso do espaço público para geração de riqueza que, atualmente, é apropriada integralmente pela empresa privada.

Contando com que os senhores Senadores e senhoras Senadoras têm o pleno entendimento da relevância do tema, pedimos apoio para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO LOPES



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações - 9472/97

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9472>

- artigo 73

4

REQ
00020/2019

REQUERIMENTO Nº DE - CI



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que “Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Tribunal de Contas da União - TCU
2. Senhor Guilherme Quintella da Estação da Luz Participações - EDPL
3. Senhor Edeon Vaz da Associação Brasileira dos Produtores de Soja
- Aprosoja
4. Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNA

Sala da Comissão, 15 de abril de 2019.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Senador



5

REQ
00021/2019

REQUERIMENTO Nº DE - CI



SF/19040.59214-96 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 20/2019, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, *que Dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências*, sejam incluídos os seguintes convidados:

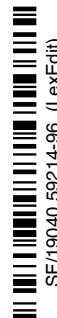
1. Senhor Maurício Ferreira Wanderley, especialista em regulação de ferrovias
2. Senhor Guilherme Quintella da Estação da Luz Participações - EDPL
3. Senhor Edeon Vaz da Associação Brasileira dos Produtores de Soja
- Aprosoja
4. Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
- CNA

JUSTIFICAÇÃO

Este Aditamento ao RQS 20/2019 visa à substituição do representante do Tribunal de Contas da União pelo Senhor Maurício Ferreira Wanderley, especialista em regulação de ferrovias.

Sala da Comissão, 23 de abril de 2019.

Senador Jean Paul Prates
(PT - RN)
Senador



SF/19040.59214-96 (LexEdit)